

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LIZ APARECIDA ROCHA CAMPANO

**DA “ESCOLA NORMAL” AO “COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR” – A
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA VILA OPERÁRIA.**

Maringá – PR

2021

LIZ APARECIDA ROCHA CAMPANO

**DA “ESCOLA NORMAL” AO “COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR” – A
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA VILA OPERÁRIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lima

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C186e

Campano, Liz Aparecida Rocha

Da "Escola Normal" ao "Colégio da Polícia Militar" - : A Transformação do Espaço Urbano da Vila Operária / Liz Aparecida Rocha Campano. -- Maringá, PR, 2021.
84 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças de Lima.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2021.

1. Educação - Espaço Urbano. 2. Perfil Socioeconômico. 3. Vila Operária - Maringá - PR. I. Lima, Maria das Graças de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 918.162

**DA “ESCOLA NORMAL” AO “COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR” – A
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA VILA OPERÁRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em **28 de maio de 2021**.

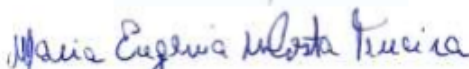
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a. Maria das Graças de Lima
Orientadora - UEM



Prof. Dr. Ricardo Lopes Fonseca
Membro convidado – UEL



Prof.^a. Dr.^a. Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira
Membro convidado – UEM

*Aos meus pais Leonilda e Oswaldo Campano, minha filha
Ana Júlia e meu Companheiro Jalder Tamagi, parceiros
incondicionais nessa jornada.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a conquista de uma etapa muito importante em minha vida, realizado com muita dedicação e perseverança em época de pandemia, no qual só foi possível ser concretizado com o apoio e colaboração de diversas pessoas.

À Prof^a. Dr^a Maria das Graças de Lima que aceitou orientar minha dissertação de Mestrado revelando uma especial atenção no trato. Os seus conselhos e sugestões bem como a permanente valorização do trabalho desenvolvido foram determinantes para o resultado alcançado.

Aos meus pais, Oswaldo e Leonilda Campano, que sempre me apoiaram e incentivam ao longo de toda minha vida escolar e acadêmica.

Ao meu marido, Jalder Tamgi pelo apoio e carinho e por conseguir aturar minhas lamúrias, principalmente nos últimos tempos.

À Christiane Maia, grande incentivadora e ajudante fiel na língua portuguesa.

À minha filha, Ana Júlia por compreender minha ausência física ao longo desses anos.

Á minha companheira de trabalho Joice Cristina Antunes, pelo amparo emocional.

À todos os amigos e colegas de trabalho que me incentivaram e torceram por mim.

E por fim, agradeço a Deus que me capacitou e me fortaleceu durante estes anos de estudos, me permitindo chegar até aqui.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”. (Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Uma das preocupações da Geografia é analisar as mudanças no espaço relacionado ao tempo. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo principal conhecer as mudanças espaciais ocorridas no bairro Vila Operária (Zona 3) no município de Maringá – PR, usando como base as mudanças ocorridas no Colégio Estadual João XXIII até sua transformação para o 4º Colégio da Polícia Militar. Para tal, relacionamos as mudanças que ocorreram no espaço urbano e as propostas curriculares realizadas durante o período, com busca de material bibliográfico e entrevistas guiadas com a população residente. Como as relações entre homem e natureza não se dão de forma direta e, sim, mediada pelo trabalho e por relações técnico-sociais, o espaço é, necessariamente, técnico-social. Em Maringá isso ocorre desde a sua fundação em 1947 à atualidade. Segundo o planejamento da cidade, o bairro foi criado, dentro do plano urbanístico, para ser um local de residência dos trabalhadores da colonizadora - Companhia Melhoramentos. Nesse período de mudanças, a escola e o espaço urbano do bairro foram também passando por mudanças significativas, como o aumento de comércio, população e, sobretudo, alterações no nível social da população local, que já não é mais de “operários”, trabalhadores urbanos. Quanto à caracterização socioeconômica e cultural da comunidade escolar, desde a sua fundação, o Colégio Estadual João XXIII, por ser público, atendia alunos cuja procedência remetia, em sua maioria expressiva, à classe média e pobre da cidade, moradores da Vila Operária e Jardim Aeroporto distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno, onde também oferecia o curso técnico em Vestuário. Após a mudança para o Colégio Militar, o curso técnico e o período noturno deixaram de existir mudando significativamente o perfil socioeconômico dos estudantes.

Palavras chave: Educação; Espaço Urbano; Perfil Socioeconômico; Vila Operária/Maringá/PR.

ABSTRACT

One of Geography's concerns is to analyze changes in space related to time. In this sense, this article has as main objective to know the spatial changes that occurred in the Vila Operária neighborhood (Zone 3) in the city of Maringá - PR, using as a base the changes that occurred in João XXIII State School which had several changes until its transformation into the 4th Military Police School. For this, we relate the changes that occurred in the urban space and the curricular proposals that occurred during the period, with the search in bibliographic material and interviews with the school community. As the relations between man and nature do not occur directly but, rather, mediated by work and technical-social relations, the space is necessarily technical-social that in Maringá goes from its foundation in 1947 to the present moment. According to city planning, the neighborhood was created by the urban plan to be a place of residence for workers of the Melhoramentos Company. In this period of changes, the school and the urban space of the neighborhood were also undergoing significant changes, such as the increase in commerce, population and, above all, changes in the social level of the local population, who were no longer "workers of a the company", but urban workers. As for the socioeconomic and cultural characterization of the school community, since its foundation, João XXIII State School, since it was public, served students whose origin was mostly expressive to the poor and middle class of the city, residents of Operária Village and Airport Garden who used to study in the morning, afternoon and evening periods. The school used to offer a technical course in Clothing. After becoming a Military School, the technical course and the evening period ceased to exist, which changed the socioeconomic profile of students.

Keywords: Education; Urban Space; Socioeconomic Profile; Vila Operator/ Maringá/PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Município de Maringá – PR.....	19
Figura 2: Anteprojeto da cidade de Maringá, elaborado em meados de 1940	21
Figura 3: Casa Maringá - Primeiro estabelecimento comercial de “secos e molhados”	22
Figura 4: Maringá velho em 1940 (Av. Brasil)	22
Figura 5: Vista aérea “Maringá Velho”(1º plano), mata, “Maringá Novo”	24
Figura 6: Vista aérea de “Maringá Velho” – Ano 1947	26
Figura 7: Vista Aérea de Maringá - Anos 1960.....	27
Figura 8: Vista aérea de Maringá – Anos 1980	27
Figura 9: Vista Aérea de Maringá – Anos 2000	27
Figura 10: Desfile comemorativo do aniversário da cidade de Maringá, 1947.....	29
Figura 11: Relação das escolas criadas entre 1952/1956	29
Figura 12: Rede Escolar primária de Maringá nos de 1967	30
Figura 13: Grupo Escolar de “Maringá Novo”.....	30
Figura 14: Professoras do Grupo Escolar de “Maringá Novo”	30
Figura 15: Estabelecimentos de Ensino na Educação Básica, segundo a Modalidade e a Dependência Administrativa – 2018	33
Figura 16: Mapa da Vila Operária.....	35
Figura 17: Vila Operária no início de sua ocupação.	37
Figura 18: Grupo escolar Dr. Osvaldo Cruz - 1948	37
Figura 19: Planta do Colégio Estadual João XXIII	39
Figura 20: Vila Operária - 1953	40
Figura 21: Fachada da Casa Estrela.....	41
Figura 22: Espaço interno da Casa Estrela	41
Figura 23: Mercadorias comercializadas pela Casa Estrela	42
Figura 24: “Escovão” – lustrador de pisos na década de 1950.....	42
Figura 25: Hospital Santa Casa da Misericórdia – Maringá - 1954	43
Figura 26: Hospital Santa Casa da Misericórdia – Maringá - 2020	44
Figura 27: Igreja São José Operário - 1952.....	45
Figura 28: Igreja São José Operário - 2019.....	45
Figura 29: Cine Horizonte – Maringá - 1951	45
Figura 30: Professoras pioneiras – Maringá - 1948.....	47

Figura 31: Escola Normal Regional – 1956	48
Figura 32: Sala de aula - Curso Normal - década de 1950	48
Figura 33: Avenida Riachuelo - década de 1960.....	50
Figura 34: Vila Operária - 1967.	50
Figura 35: Avenida Riachuelo - década de 1960 – Casas de madeira.....	50
Figura 36: Casas de madeira – Vila Operária.....	51
Figura 37: Casa de Madeira x Edificações – Vila Operária	52
Figura 38: Bazar “A Econômica” - década de 1970.....	53
Figura 39: Bazar “A Econômica” - 2021.....	53
Figura 40: Interior do Bazar “A Econômica” - década de 70.....	53
Figura 41: Escola Normal Regional Eduardo Claparéd – 1963	55
Figura 42: Exame de admissão - 1ª série ginasial.	57
Figura 43: Complexo Escolar João XXIII - anos 1970	60
Figura 44: Vila Operária (ao fundo) em 1990	63
Figura 45: Vila Operária no ano de 2000	63
Figura 46: Vila Operária no ano de 2021	63
Figura 47: Colégio João XXIII - 2017.	64
Figura 48: 4º Colégio da Polícia Militar de Maringá em 2020	64
Figura 49: Gênero alunos - 2018	67
Figura 50: Gênero alunos - 2019	67
Figura 51: Idade escolar dos alunos 2018	68
Figura 52: Idade escolar dos alunos 2019	68
Figura 53: Transporte Público 2018	69
Figura 54: Transporte público 2019	69
Figura 55: Bolsa Família 2018	69
Figura 56: Bolsa Família 2019	69
Figura 57: Escolaridade mãe 2018	70
Figura 58: Escolaridade da mãe 2019.....	70
Figura 59: Escolaridade do pai 2018	70
Figura 60: Escolaridade do pai 2019	70
Figura 61: Renda familiar mensal 2018	71
Figura 62: Renda familiar mensal 2018	71
Figura 63: Alunos que vieram de escola particular em 2018	72

Figura 64: Alunos que vieram de escola particular em 2019	72
Figura 65: Cidade de origem - 2018.....	73
Figura 66: Cidade de origem - 2019.....	73
Figura 67: Localização dos alunos - 2018.....	73
Figura 68: Localização dos alunos - 2019.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos

CASES - Campanha de Assistência ao Estudante

CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CPM - Colégio da Polícia Militar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Leis de Diretrizes e bases

PM - Polícia Militar

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARINGAENSE	18
1.1. “Maringá Velho”	18
1.2. O “Maringá Novo”	22
1.3. A implantação da rede escolar em Maringá	28
2. HISTÓRIA DA VILA OPERÁRIA – MARINGÁ NOVO	34
2.1. Localização	34
2.2. A transformação do espaço geográfico da vila operária - Década de 1950	39
2.3. Educação – Escola Normal Regional	46
2.4. Décadas de 1960 à 1980	49
3. A EDUCAÇÃO E SEU PROCESSO	55
3.1. A Vila Operária a partir de 1990	60
3.2. Do Colégio João XXIII ao IV Colégio da Polícia Militar	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERENCIAS –	78
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos do estudo da Geografia é analisar o espaço geográfico e suas mudanças ao longo do tempo. Espaço este, que já foi, ou pode vir a ser transformado pela ação humana podendo causar inúmeras mudanças na qualidade de vida da população.

Apresentamos aqui os resultados da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado “Da Escola Normal ao Colégio da Polícia Militar – A transformação do Espaço Geográfico da Vila Operária”.

Assim, a dissertação tem o objetivo de mostrar mudanças ocorridas no espaço da Vila Operária, em Maringá, tendo como referência o Colégio João XXIII, localizado nessa área; uma escola fundada nos anos iniciais da cidade de Maringá, que sofreu inúmeras mudanças até sua transformação para o 4º Colégio da Polícia Militar, e presenciou também as mudanças do bairro. Nossa pesquisa passou por várias reflexões até chegar no objetivo específico de: estudar a história de cinco escolas já fechadas, em um mesmo espaço físico na Vila Operária, o atual Colégio Militar, relacionando às mudanças que ocorreram no espaço urbano e as propostas educacionais que ocorreram durante o período.

Podemos dizer que, para existir concretamente, o ser humano tem, necessariamente, que estabelecer relações com o seu entorno, com a natureza e técnicas de trabalho. É possível distinguir essa relação em dois níveis: as relações com o mundo físico e biológico, que são relações técnicas, e as relações com os outros seres humanos, que são relações sociais. As relações do ser humano com o mundo físico e biológico estão no cerne dos estudos da Geografia, ou seja, ela estuda a relação do homem com a natureza, e tal relação dá origem ao que chamamos de espaço geográfico, orientando-nos por uma concepção dialética desse conceito. Como as relações entre homem e natureza não se dão de forma direta e, sim, mediada pelo trabalho e por relações técnico-sociais, o espaço é, necessariamente, técnico-social, conforme analisa Santos:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2006, p.29).

O espaço geográfico foi modificado pela sociedade ao longo do tempo, levando cada localidade a expressar seu passado histórico, transformado com o passar do tempo, pela organização social, técnica e econômica das pessoas que habitaram esse local.

Essas relações sociais que foram aumentando com o surgimento das cidades e da modernidade, deram início à necessidade de conhecimentos aprimorados para o convívio social e também no âmbito profissional, surgindo, então, as primeiras escolas.

Abordaremos a cidade de Maringá e sua história, desde a colonização às primeiras escolas fundadas. Parte das leituras bibliográficas deu suporte para a compreensão histórica da educação brasileira nos anos 50, década em que se deu a instalação da Escola Normal em Maringá, a fim de identificar a criação da rede escolar maringaense, ou seja, o Ensino Normal Maringaense, como parte de um projeto de educação Nacional.

Com o objetivo de estudar aspectos da vida sócio-política e educacional em nível nacional, a fim de melhor compreender o significado da instalação de um Curso Normal em Maringá, empreendeu-se a leitura de algumas referências bibliográficas que trouxeram considerações acerca da época em estudo e também do “ambiente” educacional vivido pelo país. Para Fazenda (1980), a sociedade brasileira, dos anos que se seguiram após a I Guerra Mundial, veio se tornando cada vez mais urbana e industrial e a ideia de uma educação pública, gratuita e obrigatória começava a fazer parte das lutas sociais no país. Na década de 20, a Reforma de Francisco Campos, que propunha uma atuação mais concisa do Estado em relação à educação, foi um marco na luta ideológica pela escola pública. Na década de 30, foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” quem defendeu a bandeira da escola educação nacional.

Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947. Nasceu e cresceu orientada pelo planejamento urbano moderno. O engenheiro Jorge de Macedo Vieira foi responsável por traçar o plano geral da cidade, onde, inclusive, foi prevista a localização e a função dos bairros, divididos em residencial, residencial popular, industrial, operário e armazéns.

O planejamento previa também espaços para a construção de escolas. A rede municipal foi a primeira a se constituir na cidade e, depois dela, consolidou-se a rede estadual e particular. Um texto escrito por AMARO E RODRIGUES intitulado “Educação Municipal em Maringá, uma história em meio século” (DIAS E GONÇALVES, 1999) reconstitui um pouco da história da rede escolar; por isso a importância de mais pesquisas que ampliem o universo da pesquisa sobre a realidade maringaense e suas especificidades.

No segundo capítulo, abordaremos a história da “Vila Operária”, também conhecida como Zona 03. Segundo o planejamento da cidade, foi criada, dentro do plano urbanístico, para ser um local de residência dos trabalhadores da Companhia Melhoramentos. É uma concepção inglesa, do século XIX, em que operários deveriam morar perto do local de trabalho e hoje, com a transformação, é considerado um bairro de classe média, na cidade, já que passou por constantes transformações no modelo de ocupação. As casas de madeira deram lugar às construções em alvenaria e está em curso a verticalização do bairro, desfigurando o caráter bucólico que caracterizou a zona 3, ao longo da história. Segundo Mansano (2015), de modo geral, a Vila Operária foi ocupada, nos seus anos iniciais por trabalhadores urbanos (escriturários, atendentes de lojas, dentre outros) em contraponto a ocupação do Jardim Alvorada; fora do plano urbanístico e receptor de agricultores rurais que vieram morar na cidade.

A análise da forma de produção do espaço e a materialização das ações do homem, permite considerar no caso desse estudo, a produção do bairro como um evento constante, tendo suas instâncias fundamentais: as ações do município, representada pela burguesia com a implementação de fábricas e a estipulação do local ocupado; e as ações da classe operária que ocupavam o bairro e ajudaram a transformar a paisagem de acordo com suas ações. O espaço, então foi construído pela apropriação da população e remodelado ao longo dos anos impondo símbolos que evidenciam seu uso.

Para Soja (1993 p.106) o espaço é visto como:

Produto material que emerge dialeticamente da interação entre a cultura e a natureza. Assim, o espaço não seria simplesmente um reflexo, uma “mera oportunidade à disposição” da estrutura social, mas a expressão concreta de uma combinação de instâncias, “um conjunto histórico” de elementos e influências materiais em interação.

Na sequência, abordaremos a mudança no espaço econômico e conseqüentemente social da Vila Operária, mudando também a rede escolar pública do bairro. A partir de 1956, no endereço localizado na Av. Monteiro Lobato, 695, Vila Operária, na divisa com o jardim Aeroporto, fecharam-se e abriram-se cinco escolas, no mesmo espaço físico, em aproximadamente 55 anos, num total de 10 formulações diferentes:

- 1) 1956 – Curso Normal Regional;
- 2) 1960 - Escola Normal de Grau Ginásial Eduardo Claparède;
- 3) 1964 - Ginásio Estadual da Vila Operária:

- 4) 1969 - Colégio Estadual João XXIII;
- 5) 1975 - Complexo escolar João XXIII- ensino de 1º e 2º graus;
- 6) 1988 – Colégio Estadual João XXIII - Ensino de 1º grau regular e supletivo e 2º grau regular;
- 7) 1993 – Colégio Estadual João XXIII – Ensino de 1º grau regular e supletivo, 2º grau e técnico profissionalizante;
- 8) 1999 - Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental e Médio;
- 9) 2011 - Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e profissional;
- 10) 2018 – 4º Colégio da Polícia Militar do Estado do Paraná. Em 1980, quando era Complexo escolar João XXIII- ensino de 1º e 2º graus absorveu o Grupo Escolar Anita Garibaldi.

Nesse período de mudanças na escola, o espaço urbano do bairro foi também passando por mudanças significativas, como o aumento de comércio, população e, sobretudo, mudanças no nível social da população local, que já não era mais de “operários”, trabalhadores urbanos.

Nos anos de 1964 a 1967, por exemplo, o ex-ministro do planejamento Roberto Campos afirmou durante o seminário “A Educação que nos convém”, em 1968, que a intenção do governo era formar os filhos dos pobres apenas até o ensino médio para qualificar a mão de obra. A universidade era um local destinado às elites.

A partir desse contexto, um dos objetivos específicos apresentado nesta pesquisa de Mestrado é relacionar as propostas educacionais a partir de 1956 com as transformações urbanas ocorridas na Vila Operária entre 1956 e 2018.

No quarto capítulo trataremos, como estudo de caso, a mudança no perfil dos alunos, quando o Colégio João XXIII passou a ser “4º Colégio da Polícia Militar do Paraná”, fazendo um comparativo entre os alunos do Colégio João XXIII em 2018, e dos alunos do 4º COM em 2019.

Essa comparação será apresentada em forma de gráficos, mostrando perfil social (escolaridade dos pais, localização de moradia, renda familiar, escolas anteriores - particular ou público), realizada com alunos do ensino médio, já que foi onde percebemos maior índice de evasão.

A análise dos dados produzidos sobre a implantação dos colégios administrados pela polícia militar permitiu levantar questões que visam dialogar com as mudanças impressas na escola e que podem ser influenciadas pela dinâmica do bairro, ou que tenham influenciado o bairro. O motivo que justificou a escolha do tema, foi a convivência no bairro ao longo de 15

anos atuando como professora do antigo Colégio João XXIII, nos levando a conhecer parcialmente a realidade dos alunos, por isso, desenvolvemos esse interesse em produzir um trabalho que pudesse contribuir para pensar as transformações do espaço urbano e no que esse processo se relaciona com a escola.

Uma das dificuldades encontrada para finalização do trabalho foi o acesso aos arquivos no Colégio João XXIII, uma vez que o mesmo se encontrava em reforma para a apropriação do Colégio Militar; assim como as entrevistas com trabalhadores e moradores da Vila Operária, já que nos deparamos com o período crítico da pandemia do COVID19.

Estudamos as mudanças do espaço geográfico e da educação na Vila Operária, considerando os valores culturais, as histórias de vida, as mudanças no espaço físico reflexo de influências econômicas e políticas.

1. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARINGAENSE

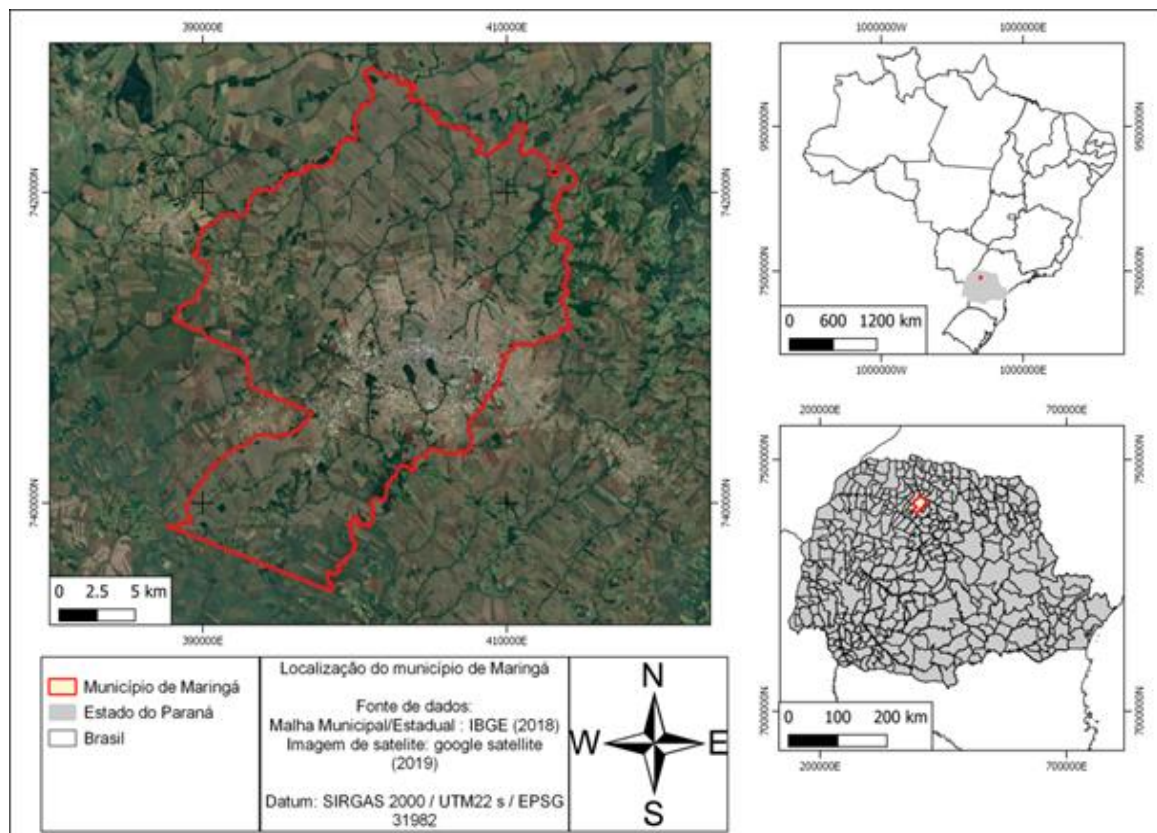
1.1. “Maringá Velho”

Maringá é um município que faz parte da região Norte do Estado do Paraná e surgiu no processo de colonização desencadeado pelas companhias de terras, neste caso, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP.

Planejada pelo arquiteto e urbanista Jorge de Macedo Vieira, responsável por projetos como o Jardim América, Jardim da Saúde na cidade de São Paulo; e Águas de São Pedro, no interior de São Paulo, baseou-se nas cidades jardins ingleses. Contratado pela CMNP, Jorge de Macedo Vieira criou um projeto considerado na época, 1945, como um dos mais arrojados e modernos.

Considerando solicitação da CMNP, inseriu no Plano Piloto original, parques urbanos com manchas da floresta nativa, justificando a localização de três parques na região do Plano urbanístico (Parque do Ingá; Parque dos Pioneiros e Horto Florestal); e conjugou o plano urbano à topografia de Maringá (PROJETO MEMÓRIA DOS BAIRROS,1992). (Figura 1).

Figura 1: Município de Maringá – PR



Elaboração: Liz Aparecida Rocha Campano, 2020

Um povaréu. O patrimônio nem tinha nascido e apenas se avista uns poucos casebres de madeira. No entanto, aquela gente toda parece brotar sabe-se lá de onde: Uns sujeitos braçudos debaixo de seus chapéus de palha, mulheres, crianças inquietas, bicicletas e cavalos. Ao som de martelos e serrotes, trabalhadores não descansam, enquanto compradores se comprimem nos armazéns e vendas. O intenso do fogo que se vê nas imediações, devorando a mata e descampados produz fumaça de causar vermelhidão nos olhos e tornar facilmente visível a grande esfera cor de sangue no céu. (RECCO. 2012 pg.19)

É assim, como descreve RECCO, que Maringá no começo de 1940 era formulada, num distrito de Londrina que depois virou distrito de Apucarana e por último, de Mandaguari. As construções eram quase todas de madeira fornecida por serrarias locais, que aproveitavam a abundante oferta da derrubada das matas. Muita gente que ia chegando jamais tinha visto um imóvel assim e se admirava. Os sanitários ficavam do lado de fora do quintal, a água de poço recolhida com sarrilho a 20 metros de profundidade, os banhos se tomavam dentro de casa, em

bacias ou embaixo do “Tiradentes” – um balde içado por uma corda cuja água se esvai por um chuveiro na parte inferior. (RECCO, 2012)

As ruas sem pavimentações nem calçadas trazia aborrecimentos, pois quando chovia forte, alagamentos formavam atoleiros tornando a caminhada uma aventura arriscada, com inevitáveis tombos e escorregões e quando demorava a chover, a poeira era incessante. O núcleo urbano conhecido hoje como “Maringá Velho” foi instalado por pressão de agricultores. O historiador João Laércio Lopes Leal ressalta que vários deles haviam comprado terras, estavam desbravando a mata e morando parcialmente no local. (RECCO, 2012)

Como não havia um patrimônio por perto para adquirir sal, combustível, calçados, roupas, ferramentas e remédios, começaram a reivindicar a criação de uma pequena vila à empresa colonizadora, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), cujo referencial mais próximo era o escritório de compra e venda de terras em Mandaguari. A data de 10 de novembro de 1942 marca o início da história urbana de Maringá. Mas em 1938 começaram a ser vendidas as primeiras propriedades a partir de Londrina. (RECCO, 2012).

Não era interesse da Companhia que a cidade nascesse desse jeito, sem organização. Por isso, encomendou ao engenheiro Aristides Souza Melo, que pertencia ao seu quadro de colaboradores desde 1941, a planta básica com oito quarteirões e ruas e posteriormente um anteprojeto, conforme mostra a figura 2. Planejada para ser uma cidade de 200 mil habitantes (hoje já com número muito maior, estimada em 430 mil), numa atividade considerada na época como "visionária", Maringá transformou-se num grande centro de convergência econômica e esse sucesso deve-se, em grande parte, ao traçado urbanístico original que previa zona industrial, zona comercial e zonas residenciais. (RECCO, 2012)

Figura 2: Anteprojeto da cidade de Maringá, elaborado em meados de 1940



Fonte: Acervo do museu da Bacia do Paraná

A cidade de Maringá teve seu nome extraído de uma canção muito famosa na época, intitulada Maringá, de autoria do Compositor Joubert de Carvalho, daí advindo o nome da "Cidade Canção", sendo ela: “Maringá, Maringá, depois que tu partiste, tudo aqui ficou tão triste...” Música de Joubert de Carvalho.

Por estar entre os rios Pirapó e Ivaí, que fazem parte da Bacia Hidrográfica do rio Paraná, Maringá possui um solo de grande fertilidade, denominado Latossolo Roxo Distrófico. O Clima é subtropical com chuvas de verão e inverno seco, fato de interessa para os agricultores que chegavam na região. (IPARDES, 2019)

No começo, a maioria dos moradores e agricultores eram de origem paulista e mineira, mas havia paranaenses de diversas regiões, catarinenses e muitos nordestinos – parte dos quais vieram para o Sul para fugir da miséria e suprir a demanda por mão de obra. Um tanto já trabalhava no interior de São Paulo, na construção de parte da Estrada de Ferro Sorocabana. O maior contingente de trabalhadores empregado no desmate, serviço bruto, era de nordestinos. Manejando foices e machados, eles colocavam abaixo a floresta (MARINGÁ, 2002)

Os primeiros fregueses do comércio nascente em Maringá eram, em maioria o povo que vivia na roça, em lotes próprios ou de patrões. Esses fregueses era um personagem na chamada

empreita do café: o colono. Trabalhador desprovido de terra que almejava conseguir um contrato de trabalho com um dono de sítio. (MARINGÁ, 2002)

O historiador João Laércio Lopes Leal observou que o comércio do “Maringá Velho” já em seus primeiros tempos era fervilhante, pois todos os lados das oito quadras e não apenas a via principal, estavam tomadas de casas comerciais (Figura 3) “O Maringá Velho era um micromundo” (Figura 4) (RECCO, 2012).

Figura 3: Casa Maringá - Primeiro estabelecimento comercial de “secos e molhados”



Fonte: RECCO, 2012

Figura 4: Maringá velho em 1940 (Av. Brasil)



Fonte: RECCO, 2012

1.2. O “Maringá Novo”

A venda de terrenos para casas comerciais e residenciais no primeiro núcleo da cidade, dura pouco. Ainda na primeira metade da década de 1940 – possivelmente em 1943 – diante da intensa procura e temendo que Maringá se desenvolvesse sem um plano urbanístico adequado, a Companhia suspende por tempo indeterminado as vendas de lotes urbanos, mantendo apenas o de áreas rurais. (MARINGÁ, 2002)

A empresa tinha planos mais ambiciosos para Maringá. O desejo era transferir o núcleo urbano para uma região mais plana, colocando em prática uma ideia que era inovadora – o planejamento urbano. Os dirigentes não queriam que aqui se repetisse os mesmos erros de outras cidades, como ruas estreitas que segundo eles, dificultavam o crescimento, a falta de parques para o lazer da população e de espaços específicos para o setor industrial. Incorporaram o conceito de “cidade jardim” nos mesmos moldes da defendida pelo pré urbanista inglês

Ebenezer Howard (1850-1928), em que propunha uma política para a manutenção do equilíbrio social, ameaçado pelas caóticas condições de urbanização das camadas populares inglesas durante o século XIX.

Os engenheiros, Gastão de Mesquita e Cássio Vidigal, que em 1944 adquirem dos britânicos o controle da companhia, esboçam uma cidade planejada, convidando para desenvolver o projeto, o urbanista Jorge de Macedo Vieira, selecionado por empregar conceitos de “cidade jardim” em seus trabalhos. Vieira conclui e apresenta em 1945 a versão do anteprojeto da cidade aos diretores da companhia que aprovam e levam cerca de dois anos para implementar o desenho ao longo da gleba, inaugurando a cidade que se transformou na “menina dos olhos” de seus idealizadores em 10 de maio de 1947. (RECCO, 2012).

As cidades planejadas diferenciam-se das espontâneas, Monbeig (1957) aponta a necessidade de fazer o estudo da situação e do local, referindo-se ao quadro natural valendo-se do aspecto local de uma determinada região que possibilitou e até mesmo contribuiu para o nascimento da cidade.

Ademar Schiavoni lembra que em 1946 começou a derrubada da mata para a implantação de “Maringá Novo” a partir da praça José Bonifácio que até então era a praça do Maluf, onde Alfredo Maluf havia instalado um posto de combustível em meio à mata. Faz-se ali o marco inicial da ocupação da cidade planejada. A faixa entre a atual igreja Santa Cruz e o posto Maluf permanece ainda por vários anos com mata em pé, conhecido como “subidão do Maringá Velho”. (RECCO, 2012).

A única ligação entre “Maringá Velho” e “Maringá Novo” era uma estrada de chão cercada por mata fechada em ambos os lados (Figura 5).

Figura 5: Vista aérea “Maringá Velho”(1º plano), mata, “Maringá Novo”



Fonte: Acervo da gerência de Patrimônio Histórico, Coleção Zé Maria

Segundo Caraçato, Lucas e Machado (2013) o desenvolvimento econômico do Paraná ocorreu por meio do ciclo do ouro, tropeirismo, erva-mate, madeira e café, sendo o café responsável pelo povoamento do norte paranaense.

Para Luz (1980) as terras no norte do Paraná foram colonizadas, desbravadas e cobertas, rapidamente, de plantações, principalmente o café, uma vez que o solo era adequado e fértil para o desenvolvimento desse tipo de cultura.

Conforme Schaffrath (2020) assim como as outras cidades da Região Norte do Paraná, Maringá nasceu sob o impulso da economia cafeeira, sendo planejada, loteada e vendida cada lote pela empresa colonizadora de terras “Companhia de Terras Norte do Paraná”. De acordo com os autores supracitados, na década de 1940, o município recebeu um elevado número de colonos de todo o país, interessados em adquirir terra fértil e propícia para o cultivo do café.

Luz expressa que:

A nova cultura, beneficiando-se da fertilidade das terras recém desbravadas, atraía outros lavradores. Sua expansão se fez, na primeira fase, pela iniciativa particular de fazendeiros vindos principalmente das zonas cafeeiras em decadência de São Paulo e Minas Gerais, que viam nas terras paranaenses a possibilidade de ampliar suas lavouras.(Luz. 1997. p. 18)

A economia de Maringá era pautada, nessa época, pela agricultura e por atividades comerciais. Muitos prestadores de serviço instalaram-se no município. Sobre o povoamento de Maringá, Schaffrath comenta que:

Com a elevação de Maringá a Município, diversos órgãos da administração pública estadual e federal vieram para cá. Aqui foram instalados Delegacia de Polícia, Inspeção de Ensino, Distrito Sanitário, Distrito Rodoviário, Coletorias Estadual e Federal. Os funcionários destas instituições, juntamente com os profissionais liberais, intelectuais, industriais e pequenos, médios e grandes agricultores passaram a formar a “elite” maringaense, presente nas atividades sociais, beneficentes, culturais, religiosas, etc. (SCHAFFRATH. 2020 p. 08)

O fato de a cidade ter se tornado município contribuiu para que os primeiros habitantes sofressem com a falta de infraestrutura em diversos setores, tais como assistência médica, transportes e educação.

A estrutura educacional era mínima. Não havia uma rede de escolas estruturada (e nem poderia, dada a sua condição de recente urbanização), o que se tinha, era o improvisado dos primeiros habitantes que organizavam aulas em suas próprias casas, pagando aqueles que possuíssem algum conhecimento, para que ministrassem aulas, que basicamente consistiam no estudo das quatro operações e na escrita do próprio nome (SCHAFFRATH, 2020, p.10).

Segundo Carçato, Lucas e Machado (2013) mencionaram, a situação do município maringaense foi amenizada, à medida que a cidade crescia e se desenvolvia. Diante dessa expansão econômica e de crescimento populacional, os moradores passaram a reivindicar junto ao, então, Prefeito de Mandaguari (à qual Maringá pertencia politicamente, desde o ano de 1947 – Figura 6), a criação de uma escola efetiva e formal.

Figura 6: Vista aérea de “Maringá Velho” – Ano 1947



Fonte: Acervo Maringá Histórica

Estabelecido em topografia plana, “Maringá Novo” como ficou conhecido passou a ser ocupado a partir de 1947 (Figura 6). Da esquerda para a direita, vemos as seguintes vias: Então rua Aquidaban, atual Néo Alves Martins (1); Rua Santos Dumont (2) e Avenida Brasil (3). Grandes clarões são visíveis em frente da então Avenida Ipiranga, atual Getúlio Vargas (4) onde se localizava a primeira sede da então Companhia de Terras Norte do Paraná.

A figura 7 registra alguns pontos mais importantes da área central de “Maringá Novo”: Estádio Municipal (1), Avenida Colombo (2), Catedral (3), Estação Ferroviária (4), Parque do Ingá (5) e dos Pioneiros (Bosque II) (6).

Figura 7: Vista Aérea de Maringá - Anos 1960



Fonte: Acervo Maringá Histórica

Só para exemplificar a década de 1980 (Figura 8) é considerada a era da verticalização – momento só superado na primeira década do novo milênio, quando o “Novo Centro” foi efetivamente finalizado (Figura 9).

Figura 8: Vista aérea de Maringá – Anos 1980



Fonte: Museu Bacia do Paraná

Figura 9: Vista Aérea de Maringá – Anos 2000



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá

Maringá é a cidade paranaense que teve o maior crescimento populacional entre os anos de 2017 e 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município ganhou mais 10.317 moradores; a população é estimada em 417.010 habitantes (IBGER, 2020).

Quanto à demografia da cidade, influenciou muito na expansão da cidade, e consequentemente na contínua valorização das áreas mais centralizadas; teve um aumento populacional de cerca de 13% nos últimos 6 anos, muito superior ao crescimento nacional, que foi de cerca de 8%. No tocante a renda, o PIB per capita do município no ano de 2013 (data da mais recente atualização do IBGE para o município) foi de 35.602,21, superando em quase 10 mil reais o PIB per capita nacional em 2013 (IBGE, 2020).

Estas informações podem explicar o número crescente de empreendimentos lançados nos últimos anos, em um momento no qual cidades como São Paulo apresentam redução. O número passou de 4 para 27 empreendimentos entre 2011 e 2015, com destaque para o número de lançamentos na região central da cidade. Desse modo, a quantidade de unidades oferecidas, o que considera o número de apartamentos dentro dos prédios, avançou gradativamente nesse período, de 238 para 2.378 (IBGER, 2020). Segundo o IBGE, a população estimada para 2020 é de 430.157 pessoas em uma área territorial aproximada de 487.012 km².

1.3. A implantação da rede escolar em Maringá

A primeira escola “informal” fundada em Maringá foi inaugurada em 9 de julho de 1946, na área de “Maringá Velho”. Foi denominada de “Casa Escolar” (MARINGÁ, 2019). Nessa época o Patrimônio de Maringá pertencia ao município de Apucarana, e qualquer iniciativa pública tinha obrigatoriamente que passar pela administração localizada em Apucarana, que atendeu a reivindicação de Maringá quanto à escola e reconheceu a “Casa Escolar”, também conhecida por “Escola Isolada de Maringá Velho”.

Apenas a administração pública tinha o poder de nomear e remunerar professores nessa época. Somente ela podia conferir legalidade e validade à instituição escolar. (RECCO, 2012). Segundo Schaffrath (2020) foi um marco, ficando registrada a criação da Escola “Dr. José Gerardo Braga”: “No ano de 1946, mês de março, teve início o ensino em terras de Maringá. [...] Dezoito carteiras e uma mesa pequena marcam a história do nascimento do ensino, (...) a professora Dirce de Aguiar Maia, 1ª diretora em Maringá ministrava instrução a 48 criancinhas” (SCHAFFRATH, 2020, p.12).

Figura 10: Desfile comemorativo do aniversário da cidade de Maringá, 1947



Fonte: Acervo de fotos do Arquivo Patrimônio Municipal de Maringá (foto 04- 029/1947)

Quando Maringá elevou-se a município, em 1951 (Lei n.º. 790) a preocupação da primeira administração foi a construção de escolas, seguindo assim a tendência nacional de ampliação da rede escolar, conforme demonstra a figura 11.

Figura 11: Relação das escolas criadas entre 1952/1956

ESCOLAS	ANO
Escola Rural Municipal "Quintino Bocaiúva"	1952
Escola Rural Municipal "Afonso Pena"	1952
Escola Rural Municipal "Barão do Cerro Azul"	1952
Escola Rural Municipal "José Bonifácio"	1952
Escola Rural Municipal "Anita Garibaldi"	1953
Escola Rural Municipal "Benjamin Constant" '1953	1953
Escola Rural Municipal "César Lattes"	1953
Escola Rural Municipal "João Teixeira soares" (antiga "David Carneiro")	1953
Escola Rural Municipal "José de Alencar"	1953
Escola Rural Municipal "Marcílio Dias"	1953
Escola Rural Municipal "Nilo Pençanha"	1953
Escola Rural Municipal "Conselheiro Jesuíno Marcondes"	1954
Escola Rural Municipal "Frei Timóteo"	1954
Escola Rural Municipal "Júlia da Costa"	1954
Escola Rural Municipal "Cristovão Colombo"	1955
Escola Rural Municipal "Epitácio Pessoa"	1955
Escola Rural Municipal "Olavo Bilac"	1955
Escola Rural Municipal "Teixeira de Freitas"	1955

Fonte: Relatório do Patrimônio Municipal de Maringá, 2002

Segundo Morelli (2010), o alto número de escolas rurais estava ligado diretamente às iniciativas dos moradores das fazendas, com apoio ou não dos proprietários das terras. Mesmo

o poder público iniciando uma rede escolar, manteve a maior parte das escolas na zona rural. Na zona urbana foram instaladas escolas estaduais e particulares, conforme a figura 12 a seguir.

Figura 12: Rede Escolar primária de Maringá nos de 1967

		Grupo Escolar	Escola Isolada	Casa Escolar	Total de Alunos	Percentagens
Estadual Z.U.		16	-	-	13.567	71,3
Municipal Z. R.		-	36	-	2.814	14,8
Particular Z.U.	Convênio	1	-	-	183	1,0
	Sem Convênio	11	-	-	2.400	12,9

Fonte: Morelli, 1967.

Nesse período histórico, o município de Maringá construía escolas com escassez de recursos, pois o Estado não repassava verbas públicas para a educação; não era obrigatório constar no orçamento, nem estadual e nem municipal. Segundo Schaffrath (2020) os recursos humanos eram aqueles que mais dificultavam o avanço da rede de ensino público em Maringá. (MARINGÁ, 2019)

Com base nas informações levantadas por Schaffrath (2020), o crescimento populacional de Maringá fez crescer também a demanda escolar, levando à criação da segunda Escola Pública, na zona urbana da cidade de Maringá: o “Grupo Escolar de Maringá Novo”, em 1955, denominado “Grupo Escolar Dr. Oswaldo Cruz” (Figuras 13 e 14).

Figura 13: Grupo Escolar de “Maringá Novo”



Fonte: Arquivo Patrimônio Municipal de Maringá (foto 05- 099/1950).

Figura 14: Professoras do Grupo Escolar de “Maringá Novo”



Fonte: Arquivo Patrimônio Municipal de Maringá (foto 06-053/1952).

Como a rede pública nunca impediu a expansão da iniciativa privada na educação brasileira paralelo à implantação da rede pública de ensino, houve a iniciativa de um grupo da cidade, formado por comerciantes, profissionais liberais e proprietários rurais, de criação de uma escola privada confessional denominada “Colégio Santa Cruz, dirigido pela Congregação Carmelitas e voltado para o atendimento de crianças em idade escolar, oriundas dessa classe social” (Schaffrath, 2020, p.17). Foi construído em terreno doado pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

A Escola Normal instalada no Município de Maringá certamente constituiu-se em uma instituição fundamental para a formação dos quadros docentes para o ensino primário (VIEIRA e MARTINIAK, 2011, p.12). Complementando a ideia dos autores supracitados, Schaffrath descreve que: “[...] a demanda por uma escola que formasse os professores para o ensino primário era genuína. [...] a urgência em se criar escolas primárias para instruir a população que se organizava no núcleo de Maringá, trazia também a necessidade de professores habilitados para o ensino”. (SCHAFFRATH. 2003, p. 30-31)

Em Maringá, a escola privada esteve presente desde o início da colonização, contudo, muitas famílias não podiam arcar com esse tipo de estudo para os seus filhos, e reivindicaram junto à administração municipal um ginásio público. Diante desses fatos, no ano de 1953, foi inaugurado, mesmo com dificuldades para sua manutenção, o Ginásio Municipal de Maringá. Por meio da Lei nº 2.168, de 04 de agosto de 1954, a Assembleia do Estado do Paraná autorizou a transferência desse ginásio para o sistema estadual de ensino. Em 1955, O Governador do Estado do Paraná, Adolfo de Oliveira Franco, acatando a proposta da Secretaria da Educação e Cultura, renomeou o Ginásio Municipal para Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, de acordo com o Decreto Governamental nº 19.902

Apesar dos problemas enfrentados na educação, o município de Maringá organizava rapidamente sua rede escolar, justificando assim uma melhoria na estrutura da rede de ensino público (SCHAFFRATH, 2020). Para tanto, nos anos de 1956, criou-se a Inspeção Municipal de Ensino, que trabalhava em conjunto com a Inspeção Estadual já instalada em Maringá. Essa inspeção tinha a missão de cuidar do ensino municipal, especificamente dos aspectos administrativos e pedagógicos.

Em 1961, aprovou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4024/61, organizando o ensino primário, no mínimo, em quatro séries. Já para o ginásio deveria ter um ciclo de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo. A lei mencionava ainda que as unidades de ensino deveriam ofertar disciplinas obrigatórias e optativas (BRASIL, 1961).

Nos anos de 1970, o prefeito em exercício Adriano José Valente, aperfeiçoou o setor educacional, ampliando o atendimento das crianças em idade pré-escolar e investindo na formação profissional e capacitação docente (LARA, 1996).

Em 1971, foi instituída a Lei 5.692/71 que reformulou a educação. Essa Lei passou a fixar as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Os Institutos de Educação, que inicialmente foram criados para a formação de professores, foram convertidos em estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus (ALMEIDA e LUCIA, 2011).

Em 1972, Sílvio Magalhães Barros assumiu o governo municipal. Durante esse período houve um aumento significativo das escolas de educação pré-escolar, tanto no âmbito público, quanto no privado.

A Lei 5692 levou a administração municipal a investir no setor educacional de Maringá-PR, criando a infraestrutura necessária para a implantação da nova legislação, bem como iniciativas voltadas ao investimento para a formação profissional e capacitação docente. Nessa época, as propostas de trabalhos das instituições de ensino Pré-escolar “seguiram uma linha didático-pedagógica voltada para a preparação da criança pré-escolar por meio da relação família escola”. Amaro e Rodrigues, in: Dias Gonçalves, 1999, citam que após os anos de 1986 as preocupações educacionais de Maringá foram orientadas por uma leitura majoritária do campo pedagógico.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, os três níveis de ensino foram estruturados e as escolas foram expandidas em todo o Brasil. Com a Constituição Federal, a educação infantil perdeu seu caráter assistencialista. As crianças de 0 a 5 anos passaram a ter o direito a ser matriculadas em creches e na pré-escola, não apenas para serem cuidadas, mas para participar de um processo educacional de qualidade, iniciando o processo de alfabetização (RUIZ, 2011).

O Estado passa ter o dever de promover “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, p.01). Fica determinado também a responsabilidade dos Municípios para com o ensino fundamental e a educação infantil. Já os Estados e o Distrito Federal atuam, prioritariamente, no ensino fundamental e médio. A partir da Constituição Federal aprovada em 1988, a União, em parceria com Estados e Municípios, passou a aplicar porcentagem de suas receitas resultantes de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988). Resultado da aprovação da

Constituição, foi sancionada também a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Essa lei reafirmou o direito à educação, tal como previa a Constituição Federal de 1988.

Figura 15: Estabelecimentos de Ensino na Educação Básica, segundo a Modalidade e a Dependência Administrativa – 2018

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	63	63	126
Creche	-	-	62	56	118
Pré-escolar	-	-	63	60	123
Ensino fundamental	-	31	51	43	125
Ensino médio	-	27	-	24	51
Educação profissional	-	7	-	13	20
Educação especial - classes exclusivas	-	-	-	5	5
Educação de jovens e adultos (EJA)	-	7	17	3	27
Ensino fundamental	-	7	17	3	27
Ensino médio	-	7	-	-	7
TOTAL	-	33	113	93	239

FONTE: MEC/INEP
 NOTA 1: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa e/ou modalidade.
 NOTA 2: O total das parcelas difere do total do Estado em razão de que, as totalizações das modalidades de ensino, são conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pela fonte (INEP).

Fonte: MEC/INEO, 2018

Em linhas gerais, o desenvolvimento da cidade, sua expansão econômica e crescimento populacional está inteiramente ligado a ampliação da rede escolar, buscando a partir da “Escola Normal” um “novo” modelo educacional que atendesse as novas exigências sociais.

2. HISTÓRIA DA VILA OPERÁRIA – MARINGÁ NOVO

Nos estudos geográficos de Monbeig, sobre as cidades de 1941, já se apresentava a importância dos estudos de bairro, num enfoque multidisciplinar e para ele “Será incompleto o estudo urbano, se não reservar um largo espaço à descrição e ao dinamismo de cada bairro” (MONBEIG, 1957, p. 50), pois cada bairro tem sua alma própria, é a topografia e a história que explicam a sua formação e sua paisagem.

O ano de 1947 foi também o de nascimento da Vila Operária, previsto pelos ingleses da Companhia e incluso no plano urbanístico de Maringá.

A Zona 3, onde está localizada a Vila, foi planejada para os trabalhadores urbanos que deveriam residir nas proximidades das fábricas. Por isso, a princípio, os lotes residenciais não tinham a mesma valorização que outros bairros.

Além de uma rede de estabelecimentos comerciais, ali são instaladas indústrias diversas entre as quais tornearias, fabricantes de ladrilhos, carroças, refrigerantes, vassouras, máquinas de café e arroz, entre outras.

O prefeito de Maringá, eleito em 1952, Inocente Villanova Júnior, implantou ali, sua serraria entre 1944 e 1946, passando a residir na chácara que a família mantém até hoje (ao lado da estação ferroviária na Avenida Tuiuti).

Com o passar dos anos, famílias em situação de pobreza fazem da Vila Operária seu reduto, tanto que alguns cortiços resistiram até meados da década de 80. Próximo à Avenida Laguna (assim chamada hoje) só moravam os menos favorecidos. A carência era tão gritante, que em 1953 com a ajuda da igreja católica, a Companhia construiu ali a Santa Casa de Misericórdia (Hospital Santa Casa).

2.1. Localização

A Vila Operária ou Zona 03 (segundo a Planta Urbana de Vieira), está localizada na porção Sul da cidade de Maringá.

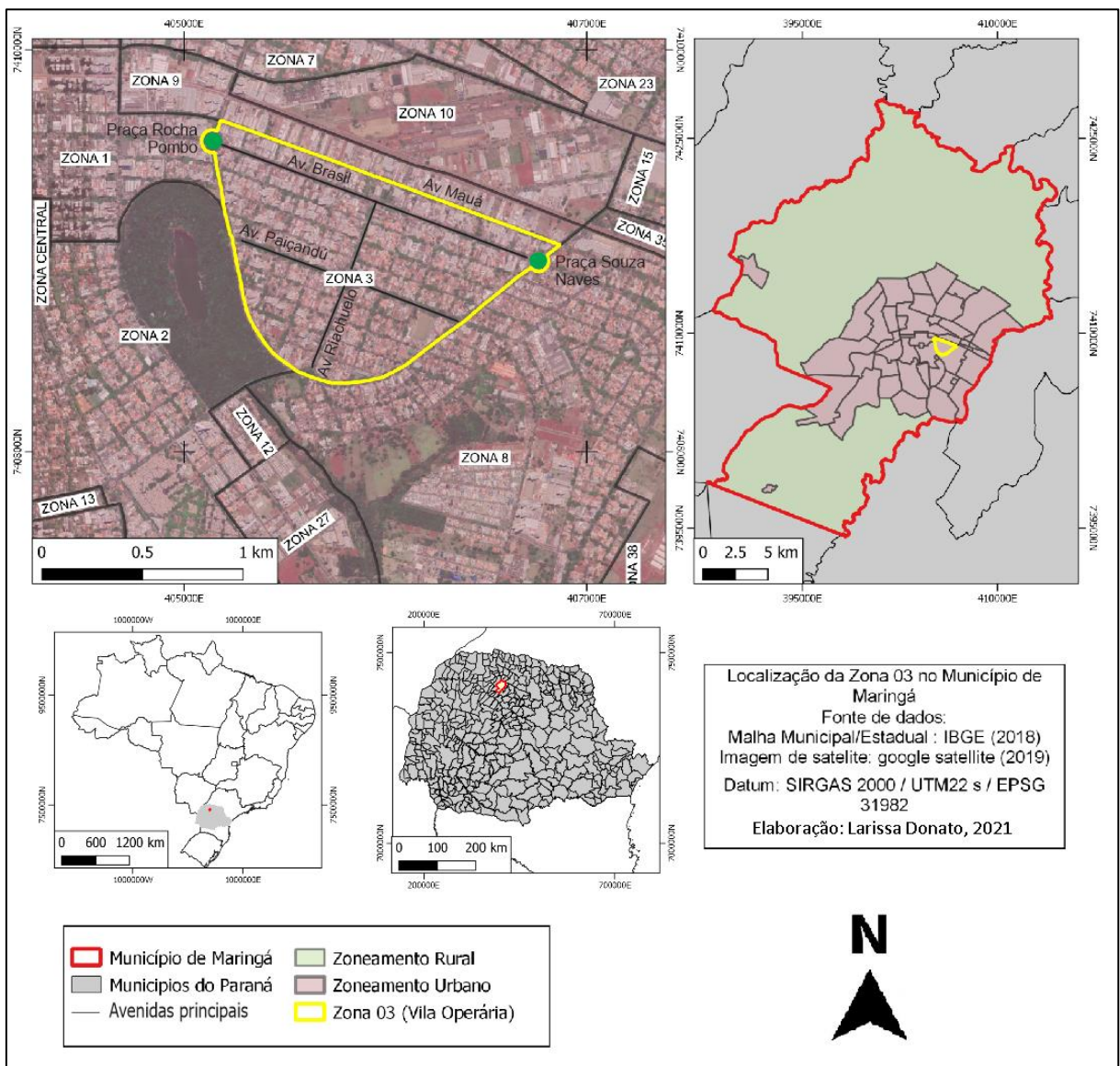
Possui uma área de 1.683.000,00m², divididos em 70 quadras de tamanhos diferentes, subdivididos em aproximadamente, 1.434 “datas”. O espaço destinado às indústrias, paralelo à Avenida Mauá, influenciou, de maneira decisiva, o perfil socioeconômico da vila.

Integram o bairro 05 avenidas, 15 ruas e 05 praças, que são as seguintes (Figura 16):

- **Avenidas:** Mauá, Brasil, Paissandu, Laguna e Riachuelo

- **Ruas:** Anhanguera, Pombal, Henrique Dias, Vidal de Negreiros, Matias de Albuquerque, Furtado de Mendonça, Guararapes, Madre Sueli de A. de Gion, Santos Dumont, Néo Alves Martins, Marcílio Dias, Barroso, Inhaúma, Monte Cáceros e Itapura
- **Praças:** Regente Feijó, Sen. Aylon de Souza Naves, Emiliano Pernetá, Rocha Pombo e Praça sem denominação (Triângulo não urbanizado)

Figura 16: Mapa da Vila Operária



Elaboração: Larissa Donato, 2021

Com formato triangular (Figura 16), a Operária tem seus limites oficiais determinados: (Norte), a Avenida Mauá e Avenida Laguna, iniciando na praça Rocha Pombo e culminando na Praça Souza Naves, descrevendo uma verdadeira parábola circundante que faz menção a um

anel viário (MARINGA, 2002). As regiões vizinhas são bem definidas: ao Norte - a zona industrial, a Leste - o Aeroporto, a Oeste - o Parque do Ingá e a Zona 01 e, ao Sul - a Vila Bosque.

Segundo o planejamento apresentado na planta desenhada por Vieira em resposta à encomenda da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o bairro deveria ser um misto de área residencial, comercial e industrial, prevalecendo o primeiro caso, justamente para garantir a morada aos trabalhadores das empresas localizadas ali e nas imediações.

Essa preocupação demonstrada pelos diretores da CMNP, traduziu-se nos preços mais baixos dos lotes, se comparados aos da Zona 01, Zona 02, entre outros. A diferença entre os valores cobrados pelos terrenos contribuiu para a caracterização do perfil social dos moradores que ocuparam o bairro: um segmento social despojado de riquezas materiais, que terá na sua força de trabalho o único bem a ser negociado. Todos os aspectos da sua vida serão pontuados pela pobreza, desde a moradia até a roupa e alimentação. Uma fração representativa dos moradores da Vila residia em casas alugadas, inquilinos de proprietários que se interessavam mais pela renda do imóvel, do que propriamente por morar nele.

Se considerarmos a disposição espacial, a Vila Operária acabou no planejamento urbano, ocupando a função de “área de passagem”, facilitada pelas avenidas Brasil e Mauá, “corredores” responsáveis pela ligação de um lado a outro da cidade. Entre suas extremidades (Praça Rocha Pombo e Praça Souza Naves) a Avenida Brasil (trecho da Zona 03) conta com seis postos de combustíveis, indício forte do intenso tráfego de veículos e pessoas que diariamente passam pelo bairro, vindos de outras regiões da cidade (Figura 18).

A origem dos primeiros habitantes da Vila Operária provinha das mesmas regiões emissoras dos pioneiros colonizadores de Maringá (interior do Estado de São Paulo na região cafeeira e Vale do Ribeira; e Minas Gerais), posteriormente vieram os estrangeiros: japoneses, portugueses, espanhóis, italianos (Figura 17).

Figura 17: Vila Operária no início de sua ocupação.



Fonte: Acervo/Maringá Histórica, em 1947

Quando o Parque do Ingá ainda não era urbanizado, nem cercado (anos de 1940/50), uma prática frequente era a lavagem de roupas nas minas de água que brotavam no interior do bosque, tarefa executada por mulheres da região que ganhavam a vida limpando as vestes dos moradores do centro e de outros bairros. As chamadas “lavadeiras do Ingá” não resistiram ao processo de transformação física que a Operária começou a sofrer com o passar dos anos.

O ensino oficial no bairro teve início um ano após sua abertura (em 1948). A escola Dr. Osvaldo Cruz (Figura 18) instalou-se num local contíguo à Vila (hoje rua Otávio Periotto), fato que fez sua frequência ao longo dos anos ser um misto de alunos do Centro e da Vila Operária. Foi a segunda escola pública da cidade, sendo construída com madeiras doadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Figura 18: Grupo escolar Dr. Osvaldo Cruz - 1948



Fonte: Acervo/Maringá Histórica, em 1956

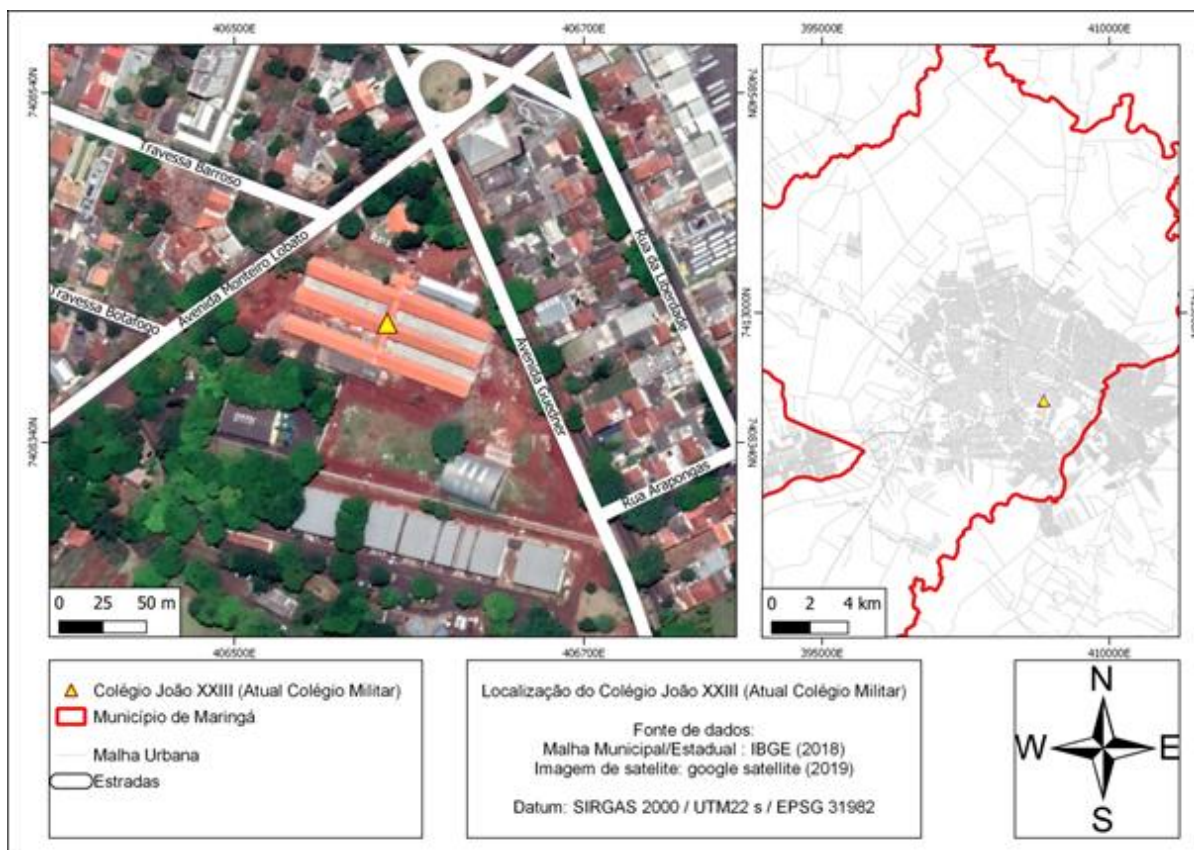
Paralelo à implantação do ensino público, o ensino privado também passa a se instalar na Vila Operária. Na década de 1950, um educandário que começou com uma pequena casa de madeira e freiras originárias da Alemanha, da congregação do Sagrado Nome de Maria, se instalou na Vila. Chamava-se Escola Santo Inácio, situada na Avenida Mauá e, ao contrário das escolas públicas, cobrava em dinheiro pelas aulas. Frente à debilidade da escola pública no interior do Paraná o ensino confessional ganhou forças.

Em 1956, foi fundado na Vila Operária o “embrião” do que se tornou o Colégio João XXIII, ainda sob o nome de “Curso Normal Regional”, com a intenção de proporcionar um curso profissionalizante (hoje, nível Médio) para atender a população em idade escolar da Vila Operária, formada basicamente por empregados em atividades urbanas.

Em 1956, foi fundado o Colégio João XXIII; instalado na Avenida Monteiro Lobato, entre a Vila Operária e Jardim Aeroporto, este, por sua vez, era dotado de maior infraestrutura, abrigando um número maior de alunos.

O prédio do colégio está localizado até hoje no mesmo endereço (Figura 19): Avenida Monteiro Lobato, 695, Vila Operária, em uma área de 20.000 m², que hoje é ocupado pelo colégio da Polícia Militar.

Figura 19: Planta do Colégio Estadual João XXIII



Na segunda metade dos anos 50, outra escola pública denominada “Theobaldo Miranda Santos” é implantada na Vila; localizada na Rua Barroso, em edificação de madeira, e que atendia os alunos menos favorecidos socialmente; sua clientela, quase toda, era da zona 03.

Em 1960, instalou-se, na Rua Inhaúma, o Grupo Escolar Gabriela Mistral, que também atendia um público pobre socialmente, característico da Vila Operária; crianças em estágio de educação de 1º a 4º série, do ensino fundamental.

Esses estabelecimentos de ensino, solidificaram na história da Vila Operária e foram convivendo com as mudanças que foram acontecendo no espaço urbano da Vila.

2.2. A transformação do espaço geográfico da vila operária - Década de 1950

Ao adentrar a década de 1950, Maringá contava com aproximadamente 40 mil habitantes; sua população era superior à da população da sede municipal, no caso Mandaguari, e neste processo ocorria a ocupação e formação da Vila Operária. (Figura 20).

Figura 20: Vila Operária - 1953



Fonte: Maringá, 1953

Dentro do âmbito urbanístico, a mata que separava “Maringá Velho” de “Maringá Novo”, foi posta abaixo, pressionada que estava pela integração dos núcleos, gerando maior mobilidade entre os habitantes de “Maringá Velho”, “Maringá Novo” e Vila Operária. Prova disso, é a concessão dada em 1952 para os irmãos Polônio explorarem o serviço de transporte coletivo na cidade.

Enquanto isso, no mundo rural, a produção agrícola nos sítios e nas fazendas cresce em escala vertiginosa, com destaque para o café. Mas não podemos esquecer a conhecida cultura de subsistência, responsável pelo abastecimento da família de colonos. Estamos nos referindo ao milho, feijão, arroz e outros cereais, em sua maioria.

Nos anos 50, a Vila Operária presenciava uma população que não tinha a propriedade de terras, mas trabalhava na área rural de Maringá (sítios ou fazendas), e que ao final da tarde ou do dia, retornavam ao bairro apenas para dormir, reiniciando o ciclo no dia seguinte novamente. Durante a colheita de café, o número de lavradores aumentava e mais gente da Vila (área urbana) engajava-se nesse serviço (área rural).

Nesta época, o local também dispunha de seus armazéns ou mercearias, onde compravam suas mercadorias, de consumo no cotidiano da casa. Um estabelecimento emblemático nos anos 50, foi a conhecida “Casa Estrela” na Avenida Riachuelo. A Casa Estrela (figuras 21 e 22) é uma das referências mais interessantes para entender o comércio da Vila Operária e da própria cidade que ainda sobrevive à modernização.

Figura 21: Fachada da Casa Estrela



Foto: Liz Ap. Rocha Campano, em 2020

Figura 22: Espaço interno da Casa Estrela



Foto: Liz Ap. Rocha Campano, em 2020

Um português que havia imigrado vivia de comprar ovos para revender em Lisboa comprou um terreno em 1954 de um casal descendente de japoneses e levantou uma construção em alvenaria (enquanto praticamente todo comércio era de madeira) que seria um “armazém” de “secos e molhados” como conhecido na época. O fundador morreu em 2018 e atualmente quem administra o estabelecimento é seu filho Sérgio Hamilton da Silva. “cresci e fui criado atrás dos balcões, mas estou à frente do negócio desde que meu pai morreu. Atendemos o público em geral, desde os idosos, até os mais jovens”. (ENTREVISTA, 2020)

Os produtos mais vendidos na Casa Estrela são: carne seca, queijos, peixes salgados, chapa de fogão à lenha, panelas de barro, alumínio em geral, torrador de café manual, cilindro de pão, ferramentas, cordas e mercearia em geral.

Difícil imaginar alguém em pleno anos 2000 entrar num estabelecimento para comprar lampião. Mas para o dono da casa estrela, na Avenida Riachuelo esquina com a Santos Dumont, isso pode acontecer, sim. “É para quando faltar força”, justifica com simplicidade. Se o freguês pedir, ele não hesita em escalar uma escada comprida para pegar uma panela de ferro no alto da prateleira.

Em entrevista perguntamos ao proprietário atual quem são os clientes da Casa Estrela atualmente, o proprietário diz que o movimento anda meio fraco, mas ainda se mantem: “Bom mesmo foi até os anos 70 quando a clientela do bairro se misturava ao povo do sítio, o povo se urbanizou e ficou mais exigente”. Mas quem entra na casa encontra as mesmas coisas de antes e sua Casa Estrela sobreviveu não apenas aos mercados que se pulverizaram pela cidade, como também aos supermercados e lojas de conveniência (Figuras 23 a 26).

Figura 23: Mercadorias comercializadas pela Casa Estrela



Foto: Liz Ap. Rocha Campano, em 2020

Figura 24: “Escovão” – lustrador de pisos na década de 1950.



Foto: Liz Ap. Rocha Campano, em 2020

Percebemos como rastelos, enxadas entre outros, que se destacavam na década de 50 devido à população predominantemente rural ainda continuam em exposição. A forma como a mercadoria dispunha-se na prateleira, era um fato de destaque na época. Quase não havia lugar para circulação de clientes em decorrência da otimização do espaço interior: enlatados, cereais a granel, ferragens, equipamentos de caça e pesca, tudo isso, dava a impressão de o dono não saber localizar o item desejado pelo comprador. Mas o merceeiro tinha pleno domínio da disposição do que vendia. Geralmente o quadro de funcionários era a família do proprietário morando no fundo do estabelecimento e garantindo o atendimento em tempo integral e não somente horário comercial.

Assim como a Casa Estrela, outras mercearias também se destacavam pelo bairro, porém não resistiram a modernidade.

Outra atividade considerada emblemática nos anos 50, eram os ambulantes chamados “bucheiros”. Homens que saíam diariamente de sua casa em uma carroça com um compartimento em forma de caixa, cujo interior carregava miúdos de boi (fígado, bucho, rim, língua, etc.), que vendia aos moradores local e as vezes em outros bairros. Para chamar atenção do povo, o bucheiro tocava uma corneta, anunciando sua chegada (MARINGÁ, 2002).

Conversando com moradores mais antigos, constata-se que havia também uma grande presença de nordestinos, como se a Vila Operária (zona 03) fosse um reduto desse grupo. O fato que fazia chegar até ali era a necessidade de trabalho, o que os levava a fazer atividades pesadas e perigosas, como furador de poço de água (poceiro), sequeiro (ensacador e carregador) de produtos agrícolas e principalmente na derrubada da mata, local que mais explorou sua mão de obra. A profissão de carpinteiro geralmente contava com a participação de pioneiros

nordestinos que traziam da sua terra, conhecimento das técnicas em construções de madeira. Como a Vila Operária concentrava trabalhadores para todo serviço, era muito procurada por quem queria contratar essa mão de obra (MARINGÁ, 2002).

Devido a quantidade de trabalhadores que se machucavam exercendo suas atividades, no ano de 1954 foi montado uma estrutura hospitalar que hoje em dia refere-se à Santa Casa da Misericórdia de Maringá (Figura 25), localizada à Rua Santos Dumont.

Figura 25: Hospital Santa Casa da Misericórdia – Maringá - 1954



Fonte: Acervo Santa Casa da Misericórdia de Maringá, em 1954

Esta instituição, de caráter filantrópico, voltada para o cuidado da saúde, se implantou na Vila na década de 50 com o objetivo de melhorar as precárias condições de saúde dos trabalhadores rurais e urbanos da Zona 3 e bairros adjacentes.

Figura 26: Hospital Santa Casa da Misericórdia – Maringá - 2020



Fonte: Arquivo Santa Casa em 2020

Antes da demarcação das quadras efetuada pela CMNP, havia ainda pessoas residindo no interior da floresta em casas de pau a pique (tábuas retiradas da madeira do palmitheiro, assim como sua folhagem era usada na cobertura). Numa lista citada no livro *“Memória dos Bairros”*, divulgada pela CMNP, consta os nomes dos 300 primeiros adquirentes de terrenos na zona 03. Boa parte de compradores não estavam interessados em residir no bairro, mas sim no investimento de capital no mercado imobiliário, antevendo a grande valorização do bem. Outra parte desses compradores optou pela fixação na Vila Operária. Dava-se o pontapé inicial, na década de 1950, para a ocupação maciça da região (MARINGÁ, 2002)

Característica importante foi o preço mais baixo das “datas” comercializadas e vendidas em comparação a outros bairros da cidade. O caráter popular que a companhia queria dar à região era apenas o mesmo raciocínio utilizado para a ocupação do Norte do Paraná. Os primeiros ocupantes ocupavam e levantavam a infraestrutura do local e posteriormente era pressionados a sair pois não eram proprietários; valorizadas as terras rurais ou urbanas eram especuladas.

Em nível de comparação histórica, evidenciando as mudanças ocorridas, a igreja católica “São José Operário” é um bom exemplo (Figura 27 e 28).

Figura 27: Igreja São José Operário - 1952



Fonte: Patrimônio histórico cultural de Maringá, em 1952.

Figura 28: Igreja São José Operário - 2019



Fonte: Arquidiocese de Maringá, em 2019.

A estrutura foi demolida, ainda na década de 1960, para dar espaço a um templo maior que pudesse atender toda a população da região (Figura 29).

Outra referência da Vila Operária, foi o Cine Horizonte (Figura 30), inaugurado em 1951 (um dos primeiros cinemas de Maringá), construído integralmente em madeira, localizado na Avenida Brasil (em frente à igreja São José), tinha no andar superior um hotel com 28 quartos, condição imposta pelo que seria o futuro prefeito Sr. Inocente Villanova Jr, para doar o material de construção do prédio.

Figura 29: Cine Horizonte – Maringá - 1951



Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura Municipal, 1951

2.3. Educação – Escola Normal Regional

Em 1956, foi fundado na Vila Operária o “Curso Normal Regional”, com a intenção de proporcionar um curso profissionalizante para atender a população em idade escolar, formada basicamente por mão de obra empregada em atividades urbanas, embora o bairro tivesse uma presença expressiva de mão de obra empregada em atividades rurais e trabalhos pesados (saqueiro, poceiro, mateiro).

O Ensino Normal em Maringá teve início no ano de 1956 e foi uma concretização das reivindicações da comunidade maringaense, ao mesmo tempo em que acompanhava o movimento nacional em torno da democratização do ensino público. Nesta conjuntura vivia-se a organização para aprovação da I LDBs para o ensino nacional.

A Escola Normal preparava os professores para atuarem no magistério das séries iniciais das escolas públicas que, em todo o Brasil, estavam em franca expansão. No rol de motivos para tantos investimentos no ensino público primário estava o interesse em constituir um corpo de cidadãos alfabetizados para o exercício democrático do voto. No ano de 1956, deu-se início ao processo de criação das Escolas Regional e Normal Secundário, no governo de Moisés Lupion, político ruralista.

Para ingresso no Curso Normal oferecido, era necessário, além de prestar exames admissionais, também devia atender aos requisitos estabelecidos para a inscrição no curso: certidão de nascimento, comprovando idade mínima de treze anos, atestado médico, certificando que o candidato se encontrava em boas condições de saúde e não tinha predisposição para tuberculose, neuropatias, defeitos de linguagem ou ser sinistro exclusivo, diploma de conclusão do curso primário, três fotografias 3x4.

Como não tinha legislação nacional que desse as diretrizes para o funcionamento do sistema de ensino, cada estado e município organizava-se de forma distinta. O fato é que os critérios não estimulavam a continuação dos estudos; além de se ter um ensino primário que era suficiente para formar os empregados dos serviços urbanos.

A expectativa do governo federal e estadual, ao instalar as escolas normais num estado como o do Paraná, era preparar professores regentes de ensino primário para a zona rural, a fim de transmitir-lhes conhecimentos para melhor viverem nas localidades em que moravam, particularmente nas escolas rurais recém-inauguradas e escolas de cidades do “interior” (MIGUEL, 1997).

Podemos entender que o movimento de urbanização das cidades e as condições de precariedade de uma camada da população entre as décadas de 1940 e 1960 tinham nesse curso um incentivo a melhoria na qualidade de vida, porém a população começou a ter outras necessidades:

À medida que os núcleos [populacionais] se urbanizavam, o processo de urbanização criava na população a necessidade de outras formas de participação social que não aquelas do meio rural e a população reconhecia, na escola, uma das mediações para se inserir, de modo (MIGUEL,1997 p.24)

Para Rocha (2008:47), a história da Escola Normal está associada à implementação da instrução primária, pois objetivava a preparação de mestres para as escolas de primeiras letras.

Antes do curso Normal Regional, as professoras não tinham “diploma” como afirma a professora Agmar dos Santos no livro Depoimentos das Professoras Pioneiras de Maringá, 2018: “Sabe, antes do curso Normal, as professoras eram procuradas pelos pais. Eles sabiam que uma moça tinha diploma de primário, já ia atrás. Daí mil novecentos e sessenta por aí, é que as professoras começaram a se formar (MARINGÁ, 2018).

Figura 30: Professoras pioneiras – Maringá - 1948



Fonte: Secretaria da cultura de Maringá/ Depoimentos de professoras pioneiras de Maringá, 1948.

A professora Dona Leonilda Rocha, 75 anos, afirmou que cursou o Normal Regional e contou que: “tinha umas doze moças na sala e tinha que fazer um teste para entrar, mas eu já tinha dado aula antes (MARINGÁ, 2018). Segundo ela, a professora tinha o giz como instrumento pedagógico e apenas um livro contendo os conteúdos: “Os alunos não tinham livro nenhum, e a gente tinha a professora como uma autoridade”, comenta ela.

Figura 31: Escola Normal Regional – 1956



Fonte: Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá, em 1956

Figura 32: Sala de aula - Curso Normal - década de 1950



Fonte: [lemad.fflch.usp.br/Laboratório de material didático](http://lemad.fflch.usp.br/Laboratório_de_material_didático), em 1950

No período de abertura das Escolas Normais Regionais em 1946, o Estado do Paraná, sob o governo de Moysés Lupion, regulava a educação paranaense com a marca da educação para o povo e o perfil que se almejava para o professor primário era o de um educador que moldasse o futuro cidadão para a valorização dos valores da família e da pátria. Foi neste período em que a região onde estão localizadas as cidades de Apucarana e Maringá viveu o processo de urbanização de sua população mais intensamente (nas décadas de 1940 até a década de 1960) e a formação educacional para o civismo, foi a tônica da política nacionalista identificada em várias práticas pedagógicas desenvolvidas pelos alunos das Escolas Normais Regionais destas cidades.

2.4. Décadas de 1960 à 1980

A partir da década de 1960, lojas populares de rua fazem sucesso (casas de tecidos, bazares, sapatarias, bares, armarinhos dentre outros comércios) e surgem os primeiros edifícios e salas comerciais na paisagem do bairro. Lojas de departamentos ganham espaço e Maringá abre várias concessionárias de veículos, segue neste progresso até a década de 1970, mais precisamente 1975, quando a cafeicultura é erradicada e as relações de trabalho e de produção mudam completamente.

No plano urbano, Maringá se consolida como centro comercial importante para toda a região, concentrando complexos agroindustriais.

Na Vila Operária, com a erradicação da cafeicultura, o trabalho perene acabou e um novo personagem surgiu, o trabalhador volante, que passou a ser conhecido como boia-fria. Essa transição deu-se na década de 1970, e mais uma vez a “Operária” cedeu sua população ao trabalho, agora nas lavouras de algodão. O local de embarque dos boias frias nas madrugada era a Avenida Laguna, esquina com a Avenida Riachuelo, cruzamento estrategicamente localizado nas saídas do perímetro urbano de Maringá (Figura 33). As três vias de destaque eram, da esquerda para direita,: Rua Néó Alves Martins, Rua Santos Dumont e Avenida Brasil (figura 34).

Figura 33: Avenida Riachuelo - década de 1960.



Fonte: Museu Bacia do Paraná, 1960.

Figura 34: Vila Operária - 1967.



Fonte: Foto Maringá – Kenji Ueta, 1967

Avenida Riachuelo, localizada na Vila Operária, durante a década de 1960 (Figura 35), ponto de encontro dos trabalhadores volantes, os bóias-frias. Na esquina com a avenida Brasil, no canteiro central, identifica-se um ponto de táxi. No horizonte surge a zona rural que seria ocupada dentro de pouco tempo com novos loteamentos.

Figura 35: Avenida Riachuelo - década de 1960 – Casas de madeira.



Fonte: Souza, 2018

Não havia um estilo arquitetônico único nas edificações, mas era perceptível o desenho homogêneo das coberturas: os telhados conhecidos como “meia água” ou “água inteira” (formas triangulares). A quantidade de casebres era visível até o final dos anos de 1980, quando a Vila começou a ter uma mudança significativa no seu espaço urbano.

As casas mais simples, comumente feitas de madeira (figura 36) eram encontradas abaixo da Avenida Paiçandu mais precisamente nas ruas Inhaúma, Monte Cáceres, Itapura e Avenida Riachuelo, vias que tiveram sua urbanização concluída somente no final dos anos 1970: implementação dos pavimentos asfálticos, redes de esgotos e galerias de águas pluviais, bem como arborização. Os benefícios dessa infraestrutura fornecidas pela Prefeitura de Maringá promoveu ao mesmo tempo que a melhoria das condições de vida, o aumento do custo de vida na Vila Operária. Os moradores, obrigados a cumprir Leis aprovadas para o espaço urbano passaram a ter que: construir muros de tijolos ao redor de sua propriedade, calçadas de ladrilhos cimentadas, substituindo as cercas de balaústres e o chão de terra em frente as casas, isso sem contar os impostos que trouxeram embutidos os valores das inovações instaladas: coleta de lixo, iluminação pública.

Figura 36: Casas de madeira – Vila Operária



Foto: Liz Ap. Rocha Campano, 2020

A “idade da Madeira” recebe seu golpe mais duro nos anos de 1980, quando surgiu um novo concorrente na paisagem, o condomínio vertical residencial, os “predinhos”, na maior

parte das vezes, composto de seis andares (havendo outros mais altos). Mas ainda é possível encontrar na paisagem da Vila Operária, várias casas de madeira.

A verticalização do bairro inaugurou uma fase, em que pessoas de renda mais alta transferem-se para a Vila e alguns moradores também decidem morar nos edifícios; outros trocam o terreno que possuíam por apartamentos nos prédios construídos nos terrenos. Os apartamentos causaram impactos na rotina da região: a mais percebida da época foi a eliminação dos contatos primários quando somente o muro ou a “cerca” separavam uma casa da outra.

Essa Classe Média ocupante de apartamentos, desenhará uma nova fisionomia social e econômica na Vila Operária (figura 37), criando hábitos e práticas diferentes, elevando também cada vez mais os preços dos lotes e aluguéis, pois todo terreno, em tese, poderia vir a ter um prédio.

Figura 37: Casa de Madeira x Edificações – Vila Operária



Foto: Liz Ap. Rocha Campano – dezembro de 2020

Segundo entrevista com morador da Rua Inhaúma, esses terrenos giram em torno de 600 a 700 m² e interessam às imobiliárias e construtoras. Alguns moradores não aceitaram a proposta de venda, que chegam a R\$ 2.000.000,00 por questões familiares ou apego ao bem. Cita o caso da vizinha (D. Joana) que diz que aquele lugar é onde ela “cresceu e só vai sair quando morrer”. Na entrevista, ainda lembrou de um comércio que fez parte da vida de todos no bairro na década de 1970 e ainda continua na ativa em pleno 2021: o bazar “A econômica” (Figuras 38 e 39).

Figura 38: Bazar “A Econômica” - década de 1970



Fonte: Maringá Histórica/ Acervo Iara Sasaki, em 1970

Figura 39: Bazar “A Econômica” - 2021



Foto: Liz Aparecida Rocha Campano, em 2020

Inicialmente esse prédio (Figura 40) foi ocupado pela Quitanda Brasil, e se localizava na avenida Riachuelo, entre a avenida Brasil e a rua Santos Dumont, na Vila Operária. A Quitanda Brasil era de propriedade do casal Turikiti e Tânia Sasaki. Anos depois, o prédio se transformou no bazar “A Econômica”. O Bazar ainda permanece atuante na Vila Operária vendendo brinquedos e diversos outros produtos em geral, além de expor ferramentas que marcaram um tempo: sobre o armário de linhas é possível observar da esquerda para a direita um mimeógrafo, uma máquina de escrever e uma máquina calculadora. (Figura 42)

Figura 40: Interior do Bazar “A Econômica” - década de 70



Foto: Liz Aparecida Rocha Campano, em 2020

Assim como o bazar, outros prestadores de serviços introduziram-se na paisagem do bairro nos anos 1970 e 1980 e conquistaram sua cidadania histórica com uma durabilidade temporal impressionante. São barbeiros, sapateiros, relojoeiros, profissionais que devotaram

uma vida inteira ao público que rotineiramente se viam, e a Vila Operária é um exemplo nessa questão, guardando patrimônios e arquivos vivos da memória local e da cidade em geral. Um exemplo de representante dessas categorias citadas, é o senhor Lourenço Picoli, estabelecido comercialmente como barbeiro há mais de 40 anos no bairro e que acompanhou seus avanços e retrocessos sem nunca perder o censo crítico dando opiniões quando solicitado e propondo soluções relacionados à vila. Não há ninguém nas cercanias que não o conheça; aos 71 anos, continua cortando cabelos, ouvindo e contando histórias.

Outro fato marcante entre as décadas de 1970 e 1980 na Vila Operária, foi o grande número de ferros-velhos (sucatas), composto por papéis, garrafas, metais, etc, num comércio de venda, compra e troca. Esse tipo de comércio fez com que surgisse atividades econômicas como, por exemplo, catadores de papel, metais e garrafas que transportam as tralhas em carroças puxadas por tração animal (agora proibido em Maringá) ou humana. Essa fonte geradora de empregos é responsável por uma parcela de trabalhadores que diariamente até hoje visitam os moradores do bairro em busca de produtos e materiais que ainda tem seus valores dentro de um processo reciclador ou de reutilização.

A maior parte dos depósitos de ferros-velhos, situa-se ainda hoje na Avenida Mauá, uma via que desde os anos de 1950 abriga fábricas, oficinas mecânicas, fundições, enfim, várias empresas que tem no metal sua matéria prima principal, dando a essa avenida um “status” industrial.

Por essa razão, o tráfego de carga pesada é uma constante, estando a Mauá articulada em suas extremidades com a Avenida Pedro Taques e Tuiutí, corredores que desembocam na Avenida Colombo.

Devido a isso, e também por razões urbanísticas, a Mauá atravessou um momento de metamorfose no que tange a sua vocação “original”, com a construção de vários, edifícios residenciais, tal como em todo bairro.

Quando apontamos “vocação original” queremos dizer, que essa parte da vila teve um destino pré-determinado em seu planejamento urbano; cabia a “Operária” o estabelecimento de moradias nas ruas, e de comércios nas avenidas sendo permitida a fixação de indústrias somente em um dos lados da Avenida Mauá. Os terrenos tem uma dimensão maior do que os demais, algo em torno de 1.200 m², o dobro dos outros, revelando a intenção clara de se criar um polo industrial na Vila Operária. Só para reforçar essa assertiva, lembramos da localização dos fundos dos lotes, que dão para a estrada de ferro, facilitando o escoamento dos produtos pelo transporte ferroviário.

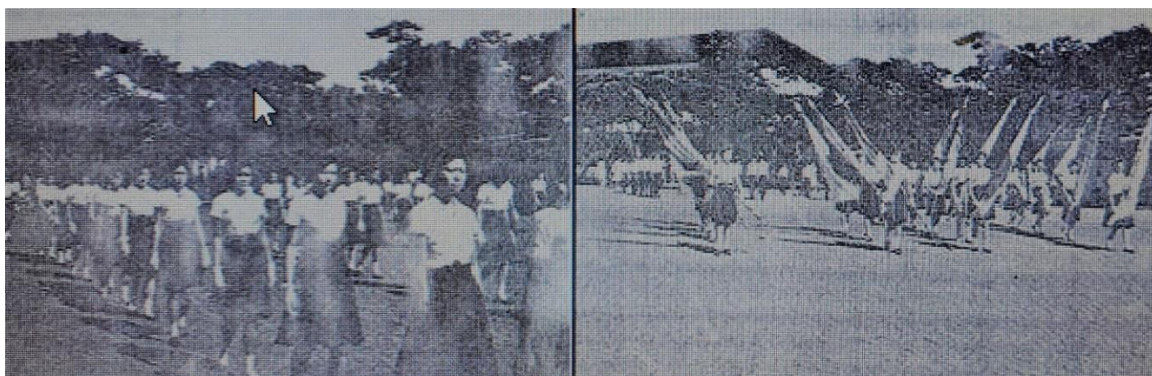
3. A EDUCAÇÃO E SEU PROCESSO

Em 1960, houve a mudança do nome de “Escola Normal Regional” para “Escola Normal de Grau Ginásial Eduardo Claparède”.

A diferença era que o “Curso Normal Regional” era destinado a ministrar somente o primeiro ciclo de ensino normal (Ensino Ginásial ou Secundário); e a “Escola Normal de Grau Ginásial” era autorizada a dar o segundo ciclo de aprendizagem, conhecido na época como Ginásio. Nos anos 60, a educação era, sobretudo, considerada um instrumento de mobilidade social. Nesse quadro, além das funções de socialização e formação, a educação deveria dar “status” aos indivíduos. A educação representava para o indivíduo a possibilidade de ascensão social na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura piramidal da sociedade e, para a sociedade, uma maior abertura do sistema de estratificação social.

Nos desfiles cívicos, em datas comemorativas nacionais e locais, a utilização de carros alegóricos, da fanfarra, e das bandeiras, assim como a presença dos normalistas era indispensável, como fica evidenciada nas fotos das normalistas da Escola Normal Regional Eduardo Claparède, em desfile na cidade de Maringá, no ano de 1963 (Figura 41):

Figura 41: Escola Normal Regional Eduardo Claparéd – 1963



Fonte: Colégio Estadual João XXIII, em 2019

Em outro relatório, enviado à Secretaria de Educação, do final desse mesmo ano, a direção da Escola Normal Regional Eduardo Claparéd descreve:

Procurou-se não deixar passar sem comemoração as datas de relevo da História Pátria e, para isso, foi organizado um Grêmio, no seio do qual foram realizados frequentemente dissertações e trabalhos sobre o significado de efemérides nacionais, além de estudos sobre vultos nacionais proeminentes, conforme relatório

a respeito, já enviado às mãos de V.S. (COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII, 2010. Em resposta aos relatórios enviados à Secretaria de Educação e Cultura)

No Brasil, Florestan Fernandes (1972) caracteriza esse período pela passagem de uma ordem social testamental para uma ordem competitiva. Além disso, é um momento em que as ideias de democracia (mais populista do que liberal no Brasil) eram enfatizadas e através delas, pretendia-se diminuir o poder das oligarquias, fortalecer a burguesia nascente e dar certa participação eleitoral às massas.

Entre 1950 e 1960, o país conheceu as maiores taxas de expansão da alfabetização, porém a escola pública naquela época para poucos. Se hoje, segundo o IBGE, 87% das crianças e jovens de 5 a 19 anos estão na escola, em 1960, segundo a pesquisadora Maria Luísa Marcílio, 2010, essa proporção era de apenas 31%, sendo a educação nessa época dividida em três níveis: primário, médio e superior. O ensino Primário era alfabetizador e dividia-se em “fundamental para crianças de 7 a 12 anos e “supletivo” para jovens e adultos.

Muitos intelectuais e movimentos sociais formularam propostas para a organização de um sistema nacional de ensino mais democrático e popular, que superasse as desigualdades socioculturais, formasse cidadãos conscientes de seus direitos e preparados para desafios econômicos.

Em 03 de março de 1964, ocorre uma nova alteração e, pelo decreto nº 14.335, a escola passou a chamar-se “Ginásio Estadual da Vila Operária”, sendo que em agosto do mesmo ano, por meio do decreto nº 15.640, sob administração militar, ocorreu mudança na nomenclatura que alterou sua denominação para “Ginásio Estadual João XXIII”, nome que permaneceu até 30 de dezembro de 1969 quando pelo decreto nº 17.782, recebeu o nome de “Colégio Estadual João XXIII”.

O “Ginásio” era uma designação ao ensino secundário ou educação secundária, que constituía o ensino ministrado aos adolescentes com idade que podia ir dos 12 aos 18 anos, conforme seu sistema educativo, sendo uma transição do ensino primário (tipicamente genérico, obrigatório e ministrado às crianças) para o Ginásio. Para entrar no “Ginásio” era necessária a realização de um exame de admissão depois de finalizado o ensino primário (Figura 42). O ginásio equivalia ao que é hoje o 3º e 4º ciclos do ensino fundamental.

Figura 42: Exame de admissão - 1ª série ginasial.

República dos Estados Unidos do Brasil
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
Escola Normal Ginasial "Eduardo Clapes"
Nome do Estabelecimento
Maringá CIDADE Paraná ESTADO N.º 3

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO À 1ª SÉRIE GINASIAL

Certificamos que Aparecida Hiroko Onuma
filha de Kiyoshi Onuma
e de Shinziro Onuma
natural de Maringá - Pr nascido em 11 de julho de 1951
foi considerado aprovado em exame de admissão à 1ª série ginasial, prestado em 1.º de abril
de 1964 nos termos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decretos-lei números 4.24
de 9 de abril de 1942 e 8.347, de 10 de dezembro de 1945), tendo obtido os seguintes resultados:

Português: <u>4,0</u>	Matemática: <u>7,5</u>
Geografia: <u>5,0</u>	História do Brasil: <u>5,0</u>

Média Geral cinco e três décimos. (5,3)

H. F. A. S. (DIRETOR) M. L. Chembim (INSPETOR) secretária

Isento de selo, ex-vi do Decreto-lei n.º 8.029, de 2-10-19

Fonte: Arquivo do Colégio João XXIII, 2019.

É importante ressaltar que no ano de 1964, início de um período militar, também foram introduzidas mudanças curriculares, com a inclusão de disciplinas como Educação Moral e Cívica – EMC, e Organização Social e Política do Brasil – OSPB. A OSPB foi pensada pelo ex-ministro da educação do governo João Goulart, Anísio Teixeira, como forma de os estudantes conhecerem melhor a legislação. A ditadura mudou o caráter da disciplina, tornando-a um espaço que previa o culto à pátria e aos valores do Regime.

Juliana Miranda Filgueiras estuda o tema e escreveu um artigo chamado “O livro didático de educação moral e cívica na ditadura militar de 1964: a construção de uma disciplina” e explica que durante o período, a educação básica tinha um papel importante em difundir as noções de cultura brasileira que se pretendiam instaurar. Ao mesmo tempo, foram excluídas as aulas de Sociologia e Filosofia do currículo básico dos estudantes e também foram promovidas alterações importantes em outras disciplinas, notadamente as de humanas, como História e Geografia. A Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), nascida em 1958, durante o governo Juscelino Kubitschek, organizou a coleção História Nova do Brasil (HNB) que tinha como proposta redefinir o programa e o currículo de história ensinado nas escolas.

A Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, conforme a nova terminologia para os antigos cursos primário,

ginasial e colegial. Na década de 70, esse documento apresentou as novas propostas para esses níveis de educação.

A Lei 5.692 estabelecia, no Capítulo I – Do Ensino de 1º e 2º graus, os objetivos para o ensino que corresponderia, hoje, à educação básica – excetuando a educação infantil:

Art.1º. O ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. §1º Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. (BRASIL, 1971).

Os estudos para a reforma do ensino de 1º e 2º graus tiveram início em 1969, a partir da elaboração de dois pareceres do Conselho Federal de Educação – os de números 466/69 e 793/69 – de autoria do Conselheiro Celso Kelly, resultando na formação do primeiro Grupo de Trabalho a apresentar sugestões para a reformulação dos ensinos primário e médio (este correspondendo ao ginasial e ao colegial da época (SARAIVA, 1984).

No Parecer 466/69 do Conselho Federal de Educação já se vislumbravam alguns dos princípios encontrados na Lei 5.692, como o fim do exame de admissão e a continuidade dos estudos do antigo primário no ginásio (1ª à 8ª série), além da preocupação de que o ensino tivesse como eixo a integração do homem ao meio em que vive.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo, formado em 1969 por 21 membros, sugeriram em seu relatório conclusivo algumas diretrizes a serem adotadas na reforma do ensino fundamental e médio de 1971, como podemos constatar por algumas das indicações apontadas pelos seus membros (SARAIVA, 1984, p. 20):

- Integração do ensino primário e médio dentro de objetivos comuns por meio de processos adequados às idades sucessivas;
- A integração do ensino fundamental no meio físico e social, assegurando a plenitude da formação humana;
- Compreensão da realidade – trabalho entre os problemas comuns do meio e do homem, a partir das últimas séries do ensino primário e ao longo do ginásio, sem caráter profissionalizante, mas como exploração e estímulo das vocações e como processo de objetivação dos problemas sociais e econômicos que envolvem o educando.

O que se estimava era encontrar a continuidade de formação e de estudos que, iniciada aos 7 anos, o acompanhasse até os 14 anos, correspondendo plenamente à faixa etária considerada de ensino obrigatório pela Constituição do Brasil. (SARAIVA, 1984 p. 20).

A nova filosofia que se delineava nos dois pareceres representou a essência de alguns pontos da Lei 5.692, como por exemplo, as “matérias” Estudos Sociais, Comunicação e Expressão e Ciências, que substituíram as disciplinas tradicionais no primeiro grau, assim como já acontecia no primário. Isso nos faz ver que havia uma perspectiva de continuidade dos estudos do primário para o ginásio – agora primeiro grau.

O Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Gonçalves Passarinho, em entrevista ao Jornal O Globo 11 de junho de 1971, explicou a proposta inserida no anteprojeto de reforma do ensino fundamental:

O ensino de primeiro grau vai ser chamado de ensino fundamental também. Ele é o ensino em 8 anos. Para conceituar para o grande público, seria – não é, mas usando a imagem para conceituar – como se nós somássemos os quatro anos do primário de hoje com os quatro anos do atual ginásio. Mas nós queremos muito mais que justaposição. Queremos integração, tanto vertical como horizontal desses oito anos. E mais ainda: que desde logo dê noções úteis para a vida. (O Globo, 1971. s.p.)

Devido a essas mudanças em níveis Federal, em 03 de dezembro de 1975, o decreto nº 1.368, estabelece o “Complexo Escolar João XXIII” – Ensino de 1º e 2º graus, que foi uma junção de quatro escolas (Figura 43):

- 1) Colégio Estadual João XXIII, Grupo Escolar Anita Garibaldi,
- 3) Grupo Escolar Marco Antônio Pimenta,
- 4) Grupo Escolar Campos Salles. Pelo Decreto de Agregação nº 1.980/80, ocorreu a última mudança: A junção do Grupo Escolar Anita Garibaldi ao Colégio João XXIII – Ensino de 1º e 2º Grau, formando assim, um único estabelecimento de ensino.

Figura 43: Complexo Escolar João XXIII - anos 1970



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual João XXIII, 2019

3.1. A Vila Operária a partir de 1990

A partir dos anos 90 a Vila Operária, teve uma mudança rápida em seu espaço urbano. Em 1994 apurou-se a existência de 30 edifícios nos bairros sem contar aqueles em processo de construção que já haviam sido aprovados pela prefeitura cumprindo o que havia sido planejado para o mercado imobiliário. Se no passado, os terrenos da Vila eram mais barato do que o de outras regiões de Maringá, nos últimos 20 anos essa diferença acabou, encontrando-se hoje os valores equiparados.

O desenvolvimento do bairro foi desigual no que diz respeito ao tempo de sua execução quanto à infraestrutura. Benfeitorias do tipo energia elétrica, asfalto, esgoto e telefone foram instaladas primeiramente na parte compreendida entre a Avenida Paissandu e Mauá; a avenida Paissandu representou um divisor social na organização da Vila Operária: o “trecho do centro esportivo” para baixo expressava o que havia de mais pobre e violento no bairro.

Repetindo divisões promovidas pela especulação imobiliária, há indícios de que atualmente, 2020, a intitulada “Baixa Operária” (entre a Avenida Paissandu e Laguna) acha-se num estágio econômico inferior em relação a “Alta Operária” (entre a Paissandu e Avenida Mauá).

Operando conforme orientação capitalista, de forma bastante intensa, a especulação imobiliária orientou a organização do espaço da Vila Operária, ocupando e produzindo novos espaços, formando áreas especializadas em distintas funções, intensificando o uso e a ocupação do solo urbano, estimulando o mercado imobiliário e as parcerias entre os setores público e privado. Nesse sentido, o bairro é fruto de intervenções privadas e estatais, que atuam no espaço através de investimentos estruturais e organizacionais, regulamentando os diversos interesses de poder e de classe, estabelecendo estratégias sociais e políticas, muitas vezes geradoras de segregações e exclusões sociais.

A presença de comércios, bancos privados e estatais, escolas privadas e públicas que se distribuiu pelo bairro atendendo o misto de classes sociais que ali se instalam, está presenciando agora, em 2020, o processo de verticalização, fator que mais transformou o espaço urbano da Vila Operária, devido à sua localização geográfica que acabou ficando central a partir do crescimento urbano.

Segundo Mendes (1992, p. 21), “o processo de verticalização, é apreendido como processo de construção de edifícios de quatro pavimentos ou mais”. Ainda conforme a definição de Mendes, no tocante à verticalização, sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, aliado às inovações tecnológicas, alterando a paisagem urbana, representando mudanças sociais e econômicas.

Segundo Souza (1994, p. 135) “a verticalização é o resultado da multiplicação do solo urbano (...) provavelmente a resultante no espaço produzido de uma estratégia entre múltiplas formas de capital – fundiário, imobiliário e financeiro, que cria o espaço urbano”.

Consequência inevitável do avanço imobiliário, a verticalização das cidades traz diversos impactos na sociedade. Ainda não existe uma resposta fácil para conciliar as demandas práticas da sociedade atual com as da sustentabilidade, por exemplo. O que faz com que alguns especialistas defendem a verticalização e outros não.

Isso quer dizer que os defensores da resolução dos problemas urbanos, sociais e econômicos, defendem o adensamento das cidades, inclusive com a verticalização. Por outro lado, há os que apontam a verticalização como instrumento de imposição da força econômica refletido nas empresas imobiliárias.

Por outro lado, a verticalização também provoca alguns problemas como a questão da sustentabilidade e poluição, por exemplo, o que torna absolutamente imperativo que a verticalização seja planejada.

Quanto às investidas do mercado imobiliário na compra de terrenos, percebemos em conversas com os moradores que os laços afetivos da população com o lugar ainda são bem fortes. Quando questionados sobre a possibilidade de venda de seus imóveis, as respostas estavam sempre calcadas em valores afetivos. No espaço onde o interesse das imobiliárias se evidencia, os moradores ressaltaram a importância do lugar, apontando o fato de terem nascido ali ou ter herdado a casa dos pais. Observamos que a pouca oposição ao movimento de especulação imobiliária e verticalização advém dos antigos moradores da Vila Operária ligados ainda afetivamente aos lugares da Vila.

A concentração dessa população mais tradicional, apegada aos valores históricos se configura numa barreira à expansão da verticalização. Enquanto atores, não estão envolvidos diretamente no processo de produção do espaço urbano (CORREA: 1995), mas se configuram uma força, que por meio da sua inércia impede o avanço construtivo. Não negociar seu imóvel com as construtoras significa que elas terão que abrir mão do projeto de construção em determinadas áreas naquela localidade, ao menos naquele momento. A alteração do espaço não se realiza, pois, o empreendimento que viria a ser instalado migrará para um ambiente mais receptivo, àquele em que haja a venda das terras pelo proprietário.

Apesar da resistência frente à comercialização dos seus imóveis, os moradores, quando entrevistados, não apontaram a verticalização do bairro como negativa, e não é entendida pelos moradores antigos como elemento fragmentador das relações sociais do bairro, sendo considerada inclusive, como instrumento capaz de viabilizar investimentos de infraestrutura no bairro.

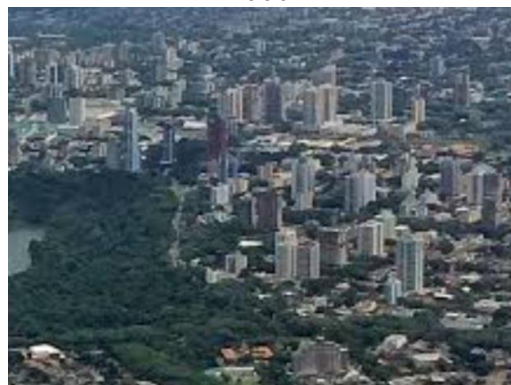
Quanto ao perfil dos novos consumidores desse espaço, ou seja, a população que está adquirindo esses empreendimentos, são de classe média ou alta devido aos valores dos imóveis que giram em torno de R\$ 600.000,00 à R\$ 1.500.000,00 podendo chegar a mais, como exemplo dos novos prédios que estão surgindo aos redores do Parque do Ingá, ainda na Vila Operária. Embora as fotografias das figuras 44 e 45 não tenham sido tiradas do mesmo ângulo, mas tenham uma mesma referência que é o Parque do Ingá, é possível observar a marca da verticalização na paisagem urbana. A figura 44 mostra o espaço da Vila Operária ainda sem a presença da verticalização; em 1990 o processo estava se iniciando; a figura 45 já apresenta um processo de verticalização em curso no ano 2000.

Figura 44: Vila Operária (ao fundo) em 1990



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, em 2019

Figura 45: Vila Operária no ano de 2000



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, em 2000.

A figura 46 mostra os novos empreendimentos que chegam a Vila: os condomínios em que os apartamentos valem R\$1.000.000,00.

Figura 46: Vila Operária no ano de 2021



Foto: Liz Aparecida Rocha Campano, 2021

3.2. Do Colégio João XXIII ao IV Colégio da Polícia Militar.

Quanto à caracterização socioeconômica e cultural da comunidade escolar, desde a sua fundação, o Colégio Estadual João XXIII (figura 47), por ser pública, atende alunos cuja procedência remete, em sua maioria expressiva, a classe média e pobre da cidade, moradores da Vila Operária e Jardim Aeroporto. Em 2018, atendia cerca de 1763 alunos, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno; e oferecia o curso técnico em Vestuário.

Figura 47: Colégio João XXIII - 2017.



Fonte: Arquivos do Colégio João XXIII , em 2019

Em 11 de Outubro de 2018, foi assinado o decreto que criou o IV Colégio da Polícia Militar de Maringá (figura 48), parte de um planejamento cujo objetivo foi a “interiorização do ensino militar”.

Figura 48: 4º Colégio da Polícia Militar de Maringá em 2020



Fonte: Arquivos do 4º Colégio da Polícia Militar, em 2020

Em 2019, o CPM manteve o número de alunos (aproximadamente 1800), mas inseriu avaliação na forma de ingresso no 6º ano, Ensino Fundamental; e no 1º ano do Ensino Médio,

adotando provas classificatórias e notas registradas no histórico escolar dos alunos que buscam as vagas.

Além do curso técnico em Vestuário, que teve suas turmas em andamento transferidas para o Instituto de Educação de Maringá, parte dos alunos matriculados no ensino regular, que não tinha condição, principalmente econômica, de se manter na escola, também foram transferidos.

Os professores e alunos que estavam em desacordo com a mudança da escola, alegavam que a mudança acarretaria a perda dos alunos do bairro, que não teriam condições de arcar com os custos do uniforme (aproximadamente 700 reais) e outras taxas, além de terem menores chances de passar nas provas de ingresso, competindo com alunos de escolas particulares, que concorriam às vagas. Segundo a secretaria do colégio, cerca de 65% dos alunos continuaram na escola (aproximadamente 1170; mais de 700 alunos foram transferidos da escola)

Além disso, outros fatores indignavam uma parte da comunidade escolar, como:

- O modelo fere os princípios da educação, ao exigir a disciplina militar se distancia dos valores plurais e democráticos defendidos pela Constituição.
- Adotar o modelo militar de ensino, o qual segue a técnica Foucaultiana do “Vigiar e Punir”, é ir na contramão das grandes potências mundiais. Nas últimas décadas, estas têm empregado os padrões democráticos inspirados nas propostas de educação de Paulo Freire.
- A gestão diretiva implica na efetividade da escola e exige formação específica. Dessa forma, não faz sentido introduzir organizações de segurança pública para a administração de instituições escolares uma vez que o inverso da situação não acontece.
- A cobrança de mensalidade é inconstitucional pois viola o princípio de gratuidade do ensino público estabelecido no artigo 206, inciso IV da Constituição Federal de 1988, porém o Colégio da Polícia Militar de Maringá, não cobra mensalidade, apenas uma taxa de matrícula.
- No século XXI, é ilógico exigir do aluno regras subjetivas como o corte de cabelo para meninos ou a não utilização de maquiagem e acessórios para as meninas. Tal característica viola o estado de direito do estudante.
- Os dados de desempenho que comparam os alunos de colégios militares e escolas comuns são paradoxais posto que para aderir ao quadro de discentes das instituições militarizadas é necessário passar antes por uma seleção. A esse respeito, quando relacionadas a institutos comuns em que os estudantes possuem perfil semelhante observa-se um desempenho similar.

No que se refere à questão de concurso para ingresso, e outras taxas cobradas ser inconstitucional, fomos a procura de possíveis processos movidos por representações

relacionadas à defesa da escola pública contra o CPM no Estado do Paraná, e no que se refere ao cunho público, não encontramos nenhum registro, mas pode estar correndo em segredo de justiça. Foi encontrado processos no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará referente ao número de vagas e revisão de provas.

A discussão maior era a questão da “Legalidade da seleção” já que a lei principal que rege a educação no país, a constituição de 1988, é clara no seu artigo 205 “A educação é direito de todos e dever do Estado”. Assim sendo, a escola pública é um direito universal e livre, sem distinção e sem exigência de seleção. Esse direito ao livre acesso às escolas públicas também é garantido pela LDBs – Leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional.

Considerando a preocupação dos funcionários e professores do Colégio João XXIII, em ter uma diminuição expressiva de alunos do bairro, pela dificuldade em adquirir uniformes e fazer a prova da seleção de admissão no início do 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do Ensino Médio, buscamos levantar informações que permita uma caracterização das mudanças que ocorreram na escola.

Em 2018, antes do decreto que determinava a instalação do IV Colégio Militar, aplicamos um questionário junto a alguns alunos (Anexo I), para levantar a faixa etária dos alunos (com o objetivo de levantar o índice de retenção dos alunos, uma vez que o Colégio Militar não aceitaria alunos fora da idade no ingresso ao IV CPM), endereço (a fim de analisar se realmente a maior parte dos alunos era da Vila Operária), se eram alunos que vinham de escola pública ou particular (cogitava-se que os alunos da escola particular levariam vantagem nas provas de classificação); o grau de escolaridade dos pais (o que implicaria na formação profissional e rendimento dos filhos), além da renda mensal familiar.

No ano seguinte, em 2019, quando o IV COM já havia se implementado e o sistema de ingresso havia mudado, foi aplicado outro questionário (anexo II) junto a alguns alunos.

Utilizamos o questionário como ferramenta para o levantamento de dados frente ao número de alunos que tínhamos para levantar as informações. O questionário para pesquisa de caracterização dos alunos participantes foi aplicado como fonte de pesquisa nas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental II, primeiramente em 2018, no, ainda, Colégio Estadual João XXIII e depois em 2019, já no Colégio da Polícia Militar, após as provas de ingresso. As informações estarão organizadas em gráficos acompanhadas de análise.

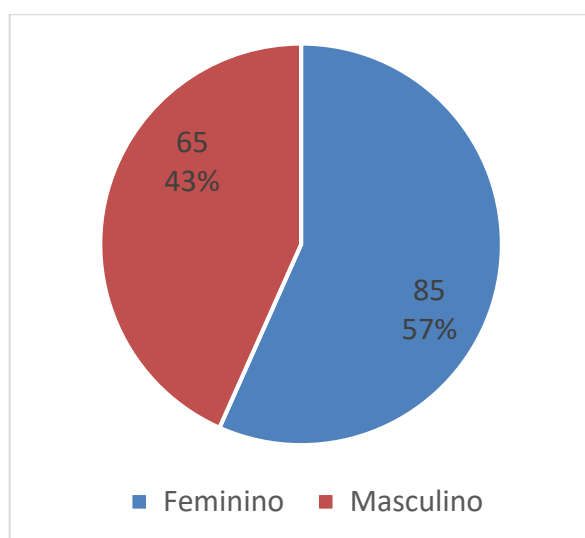
3.3. ESTUDO DE CASO: caracterização do perfil socioeconômico dos alunos do Colégio João XXIII na conjuntura 2018/2019.

O levantamento realizado sobre o perfil social dos alunos a partir dos questionários aplicados em 2018 e 2019 permitiu comparar os perfis levantados entre o Colégio João XXIII no ano de 2018, e os alunos do 4º CPM, em 2019.

Utilizou-se gráficos para mostrar as comparações feitas sobre o grau de escolaridade dos pais, etnia, localização da moradia, renda familiar e locais de estudos anteriores (colégio particular ou público).

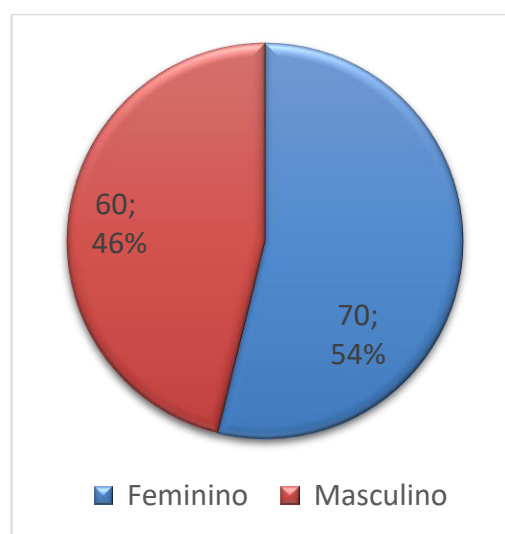
Neste estudo de caso, de 2018 para 2019 ocorreu diminuição no sexo feminino presente na escola de 57% para 54%, em 2019, assim como ocorreu um crescimento da população masculina, indo de 43%, em 2018 para 46%, em 2019.

Figura 49: Gênero alunos - 2018



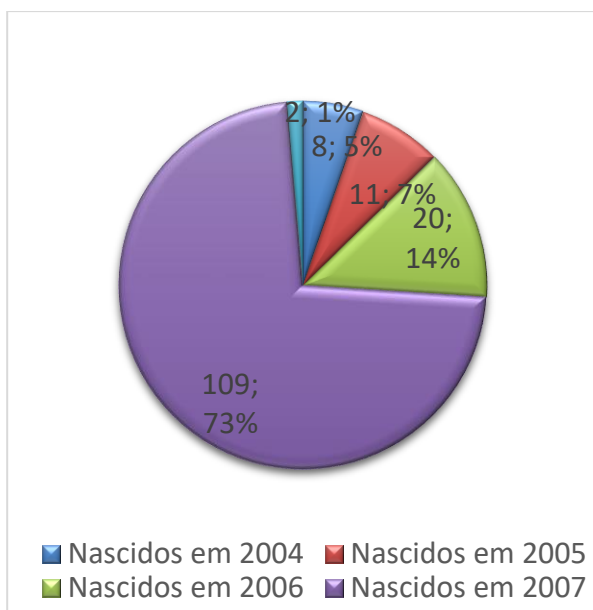
Fonte: Liz Rocha, 2020

Figura 50: Gênero alunos - 2019



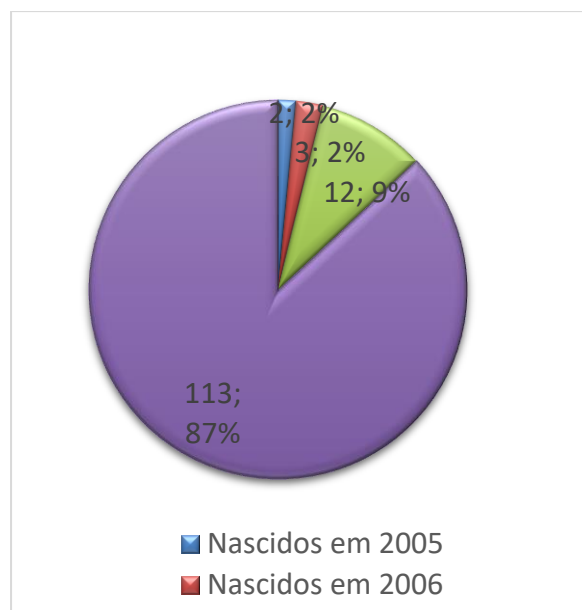
Fonte: Liz Rocha, 2020

Figura 51: Idade escolar dos alunos 2018



Fonte: Autores, 2020

Figura 52: Idade escolar dos alunos 2019

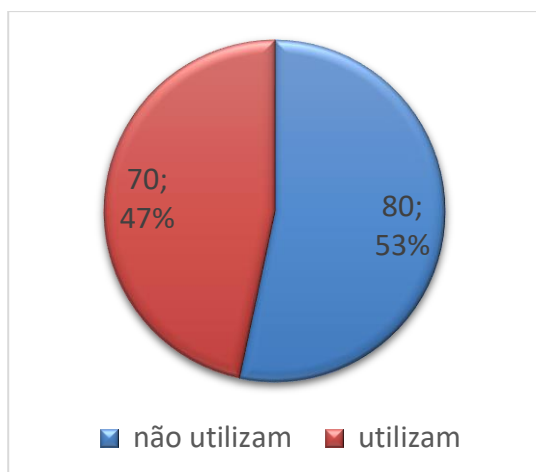


Fonte: Autores, 2020

Em 2019, a presença de alunos retidos nas séries diminuiu sensivelmente; o IV CPM não permitia reprovações; o ingresso na escola dependia dessa questão também. Os que continuaram na escola fora da idade em 2019, foram os alunos do Colégio João XXIII que puderam continuar, uma vez que para ingressar no IV CPM, o aluno não podia ter reprovado de ano, ou estar fora da série/idade correspondente. Em 2018, havia 08 alunos que estavam 3 anos atrasados em relação à série; 11 alunos que estavam 2 anos atrasados; 20 alunos, 1 ano atrasado e 109 nascidos em 2007 que nunca haviam repetido de ano, dando um total de 150 alunos.

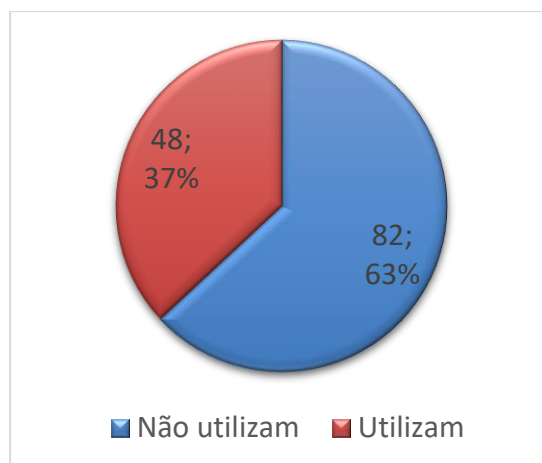
Em 2019, apenas 2 alunos estavam 3 anos atrasados; 3 alunos, 2 anos atrasados; 12 alunos, 1 ano atrasado e os 113 restantes, na idade correta para a respectiva série escolar, dando um total de 133 alunos. Nos próximos gráficos, foi possível perceber que o número de alunos que usavam o transporte público para ir à escola diminuiu

Figura 53: Transporte Público 2018



Fonte: Autores, 2020

Figura 54: Transporte público 2019

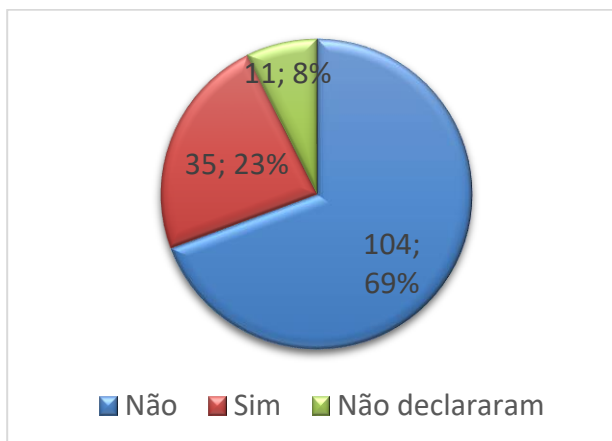


Fonte: Autores, 2020

Em 2018, cerca de 70 alunos (dos 150) utilizavam o transporte público para o deslocamento até o Colégio; e 80 não utilizavam. A maioria dos alunos relatava que iam a pé porque moravam próximo ao colégio. Já em 2019, em torno de 48 alunos utilizavam o transporte público; e 82 eram levados pelos pais ou em transporte particular (Vans e peruas), pago pelos pais.

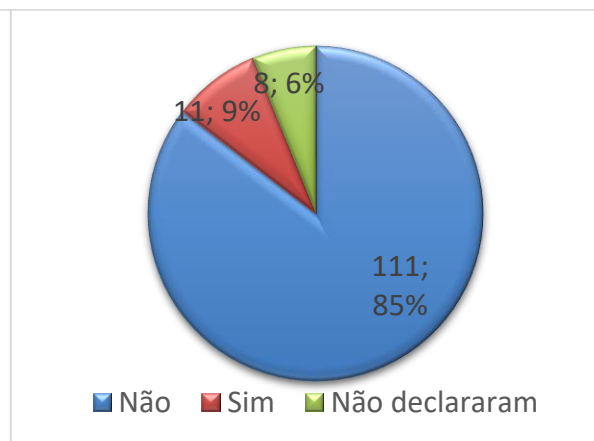
O número de famílias que faziam uso do auxílio social bolsa família também diminuiu de 2018 para 2019, conforme Figuras 55 e 56. Além de ter diminuído porque parte expressiva da população que fazia uso do programa Bolsa Família não estuda mais na escola; isso também se deveu à redução que as políticas sociais tiveram com a ação do governo federal nos últimos dois anos.

Figura 55: Bolsa Família 2018



Fonte: Autores, 2020

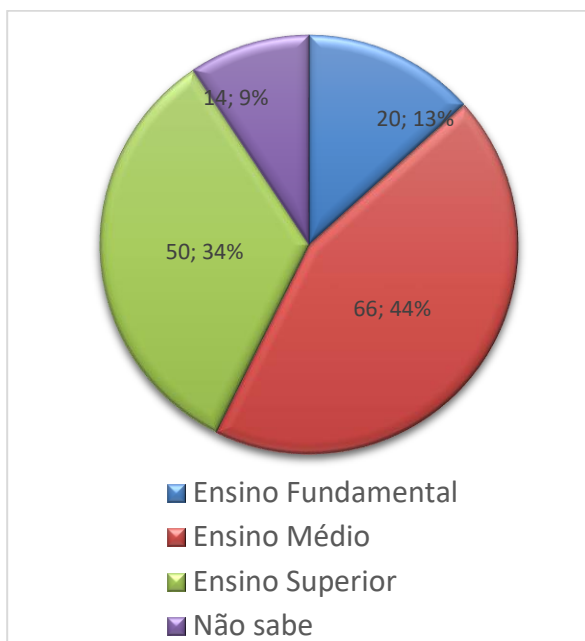
Figura 56: Bolsa Família 2019



Fonte: Autores, 2020

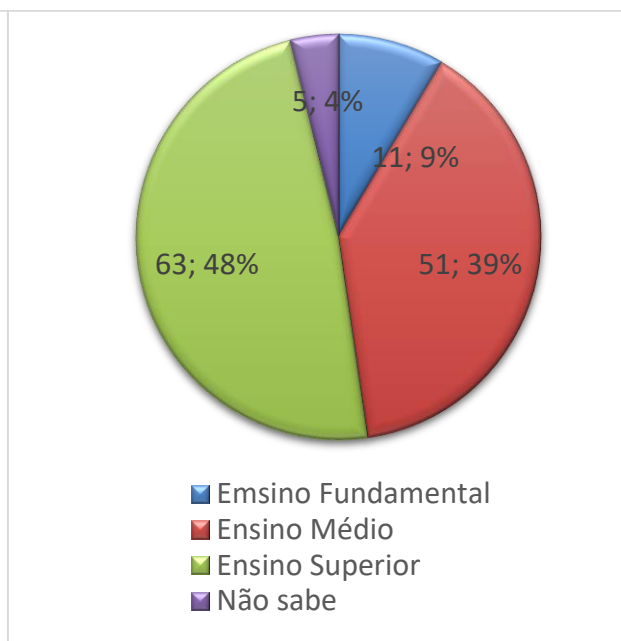
Percebemos que em 2019 a quantidade de pais com ensino superior cresceu de 50% para 63%, entre as mães, e de 40% para 57%, entre os pais, conforme figuras a seguir.

Figura 57: Escolaridade mãe 2018



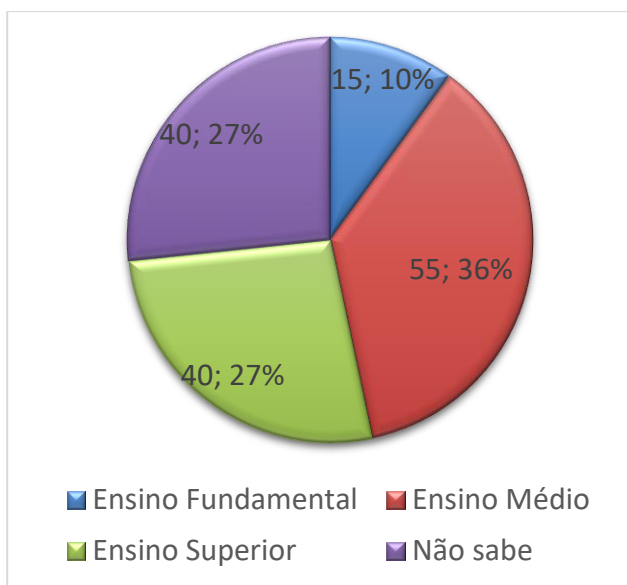
Fonte: Atores, 2020

Figura 58: Escolaridade da mãe 2019



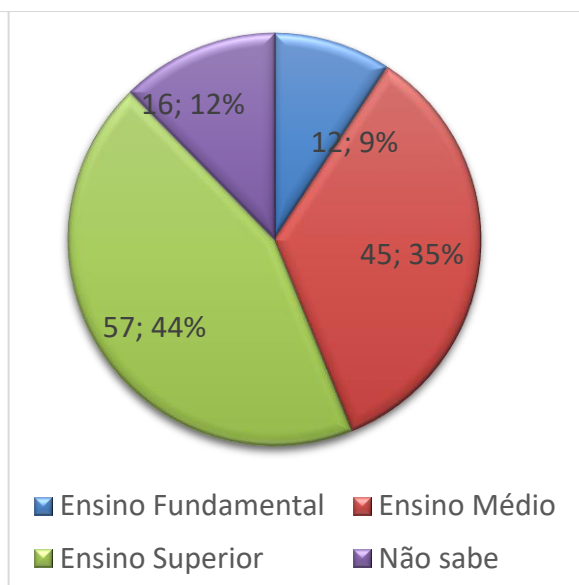
Fonte: Atores, 2020

Figura 59: Escolaridade do pai 2018



Fonte: Autores, 2020

Figura 60: Escolaridade do pai 2019



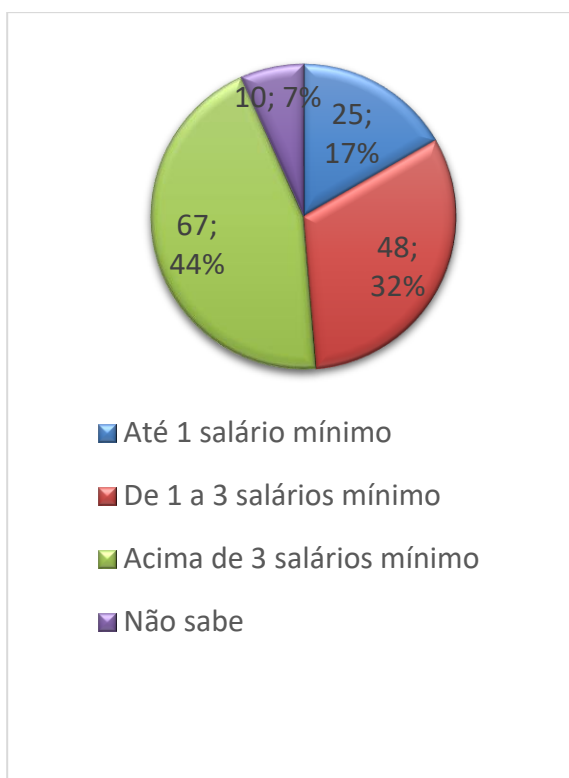
Fonte: Autores, 2020

Segundo Soares (2004, p.1), os “[...] fatores que determinam o desempenho cognitivo pertencem a três grandes categorias: os associados à estrutura escolar, os associados à família e àqueles relacionados ao próprio aluno”, portanto escola, contexto social e indivíduo. Soares e Andrade (2006, p.4), ao definirem equidade educacional, conferem uma clara associação da ação escolar ao nível socioeconômico, raça e gênero do estudante: “idealmente não basta que a escola seja boa; ela deve ser boa para todos os seus alunos, independentemente do nível econômico, cor da pele e gênero”. De outra forma, existe alguma diferença na raça e gênero com a qual a escola deve se preocupar, ou, conforme os autores supracitados concluem, a equidade educacional é “[...] definida como sua capacidade de acirrar ou amortecer o efeito do nível socioeconômico no desempenho dos alunos”.

(SOARES; ANDRADE, 2006. p.4)

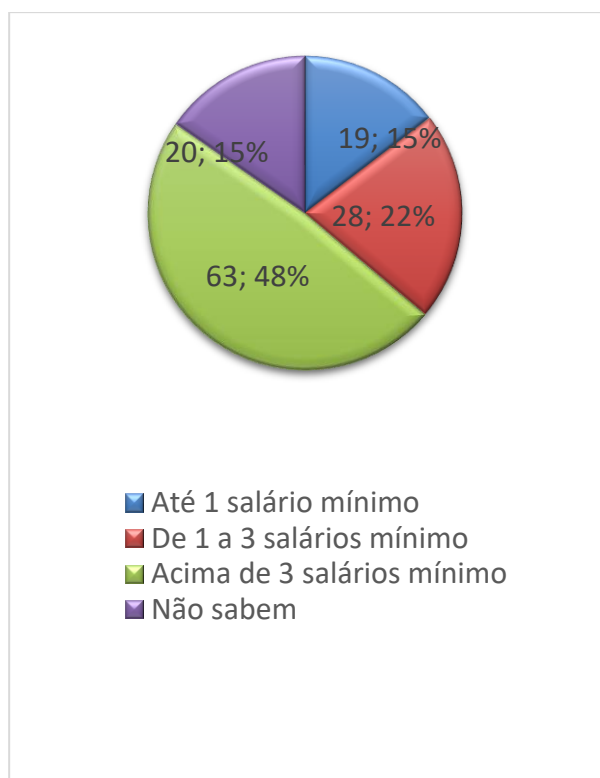
Percebemos que em 2019 a quantidade de pais com ensino superior aumentou de 50% para 63%, entre as mães, foi de 40% para 57%, entre os pais.

Figura 61: Renda familiar mensal 2018



Fonte: Autores, 2020

Figura 62: Renda familiar mensal 2018



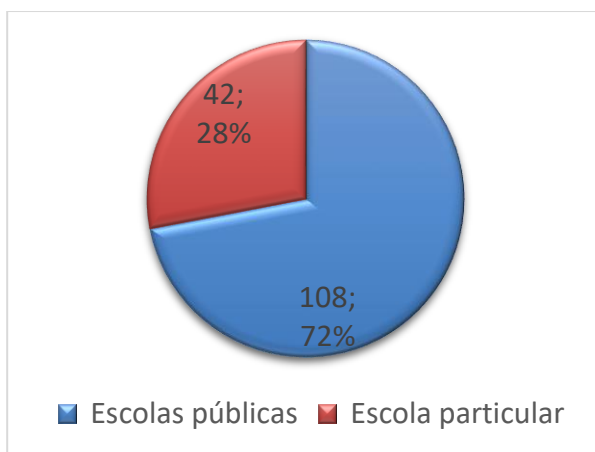
Fonte: Autores, 2020

Soares (2002) foi responsável por um estudo sobre educação, pobreza e desigualdade no Brasil, contrastando as duas teorias mais comuns que correlacionam o nível de renda e

educação: a teoria do capital humano, que atribui à renda gerada pelo indivíduo, sua competência que, por sua vez, é formada pela educação e a teoria da reprodução, na qual as diferenças de nível de renda já existentes na sociedade são reproduzidas pelo nível de escolaridade dos indivíduos.

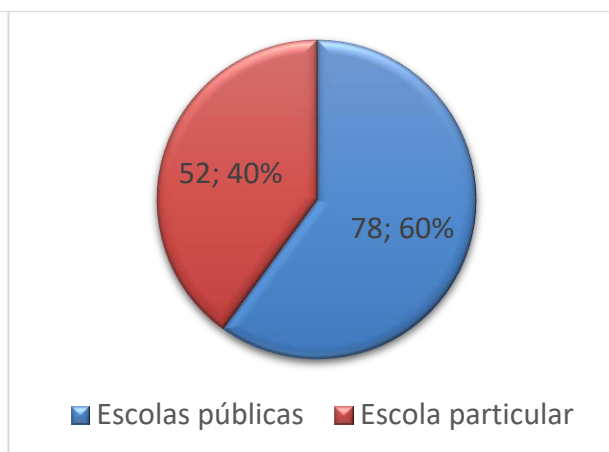
Constatamos, segundo a pesquisa, que a média das famílias que tinham como renda mensal até 1 salário mínimo diminuiu, sendo que a maioria dos pais apresenta uma renda maior que 3 salários mínimos em 2019 aumentou.

Figura 63: Alunos que vieram de escola particular em 2018



Fonte: Autores, 2020

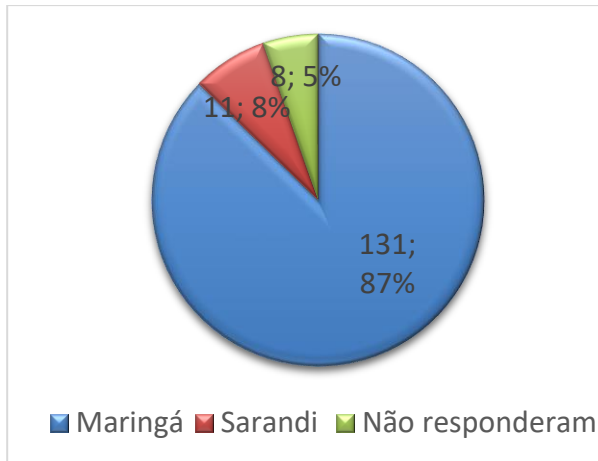
Figura 64: Alunos que vieram de escola particular em 2019



Fonte: Autores, 2020

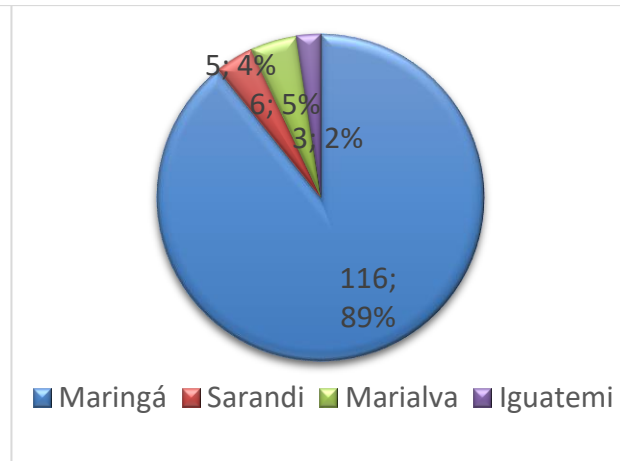
Em 2019, houve um pequeno aumento de alunos que vieram de escola particular para ingressar no colégio da Polícia Militar, 52 alunos, dos 133 que responderam ao questionário, vieram de escola particular, enquanto, em 2018, era 48, de 150 alunos.

Figura 65: Cidade de origem - 2018



Fonte: Autores, 2020

Figura 66: Cidade de origem - 2019



Fonte: Autores, 2020

Figura 67: Localização dos alunos - 2018



Fonte: Autores, 2018

Figura 68: Localização dos alunos - 2019



Fonte: Autores, 2019

O exercício de comparação socioeconômica entre os alunos ingressantes no 6º ano do Colégio João XXIII, considerado um colégio de periferia, e alunos que ingressaram no ano de 2019, após implantação do Colégio da Polícia Militar, mostrou-nos uma diferença entre o nível de escolarização dos pais e renda familiar e alunos que procedem de colégios particulares da cidade, levando a comunidade escolar a pensar que, realmente, boa parte das vagas da escola foram conquistadas por alunos que não faziam parte da comunidade da Vila Operária. Além de ter diminuído o número de turmas para o 6º ano, metade das vagas foi destinada aos filhos de Policiais e outras são destinadas a quem passa no processo seletivo.

Por ser considerado um colégio “público”, esse fato desagradou a muitos professores e funcionários que trabalham no estabelecimento por muitos anos, além disso, há reclamações de professores que gostariam de matricular os filhos na escola pela facilidade de locomoção ou outros fatores e não puderam, pois, os filhos não foram aprovados no teste.

Destacamos também o histórico da criação das escolas públicas voltadas para a sociedade maringaense e, sobretudo, a Vila Operária, onde o propósito inicial era voltado a atender os alunos da comunidade. Além disso, se analisarmos as mudanças ocorridas nos decretos do antigo Colégio João XXIII, desde a Escola Normal, percebemos que o estabelecimento era voltado para a comunidade, principalmente, da Vila Operária e bairros vizinhos.

A Constituição vê o direito à educação visando “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania”, não só a qualificação para o trabalho. Já a Lei de Diretrizes e Bases regulamenta como bases do ensino:

- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos o histórico da criação das escolas públicas voltadas para a sociedade maringaense e, sobretudo, a Vila Operária, onde o propósito inicial era voltado a atender os alunos da comunidade.

Quanto à caracterização socioeconômica e cultural da comunidade escolar, desde a sua fundação, o Colégio Estadual João XXIII, por ser pública, atendeu alunos cuja procedência remetia, em sua maioria expressiva, a classe média e pobre da cidade, moradores da Vila Operária e Jardim Aeroporto. Em 2018, atendia cerca de 1763 alunos, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno e oferecia o curso técnico em Vestuário.

O curso técnico em Vestuário era voltado principalmente à comunidade local, oferecendo uma oportunidade para o mercado de trabalho, voltado para a costura, vendas de roupas e noções de moda.

Nessa nova fase, verificou-se uma mudança no nível socioeconômico e cultural da nova clientela, já que esses, por sua vez, passam por exames que avaliam os conhecimentos em matemática, redação e língua portuguesa, geografia, história e língua estrangeira, também podendo ser exigidas outras disciplinas, além de uma inspeção de saúde e do histórico escolar do candidato. Por enquanto a maior parte dos estudantes ainda são da Vila Operária ou bairros próximos.

Entre os alunos ingressantes no 6º ano do Colégio João XXIII e alunos que ingressaram no ano de 2019, após a alteração para o 4º Colégio da Polícia, mostrou-nos uma diferença entre o nível de escolarização dos pais e renda familiar; a procedência dos alunos, em maior parte dos colégios particulares da cidade, confirmando-se a suspeita de que boa parte das vagas da escola foram conquistadas por alunos que não faziam parte da comunidade da Vila Operária.

Em 2019, os alunos do Colégio João XXIII puderam permanecer no colégio, sem precisar passar pelo processo seletivo. Entretanto, a partir de 2020, todos os alunos ingressantes são submetidos às mesmas regras de ingresso e permanência.

Ainda que hoje o bairro já seja considerado, pela especulação imobiliária, de classe média, percebemos através das entrevistas que as características culturais ainda são fortemente marcadas pela “interiorana” Vila Operária, devido ao grande número de habitantes antigos que ainda residem no local.

Sobre as mudanças no espaço socioeconômico, constatamos que os benefícios da infraestrutura do bairro realizados pela Prefeitura Municipal de Maringá, também causou uma

revolução na vida dos habitantes do local, pois, ao mesmo tempo em que melhorou a qualidade de vida, elevou o custo de permanência da vila, obrigando muitos a se mudarem para os bairros de menor custo para que consigam sobreviver, deixando para trás uma trajetória de cultura única e pioneirismo.

Esses benefícios foram previstos no plano original de Maringá, a Vila Operária se localizava próximo do grande centro da cidade, quando o plano piloto foi projetado; atualmente, em 2020, a Vila Operária compõe o centro urbano de Maringá.

REFERENCIAS –

SCHAFFRATH, Marlene dos Anjos Silva. A escola normal em Maringá-PR: O ensino público como projeto político. HISTEDBR. Navegando pela História da Educação Brasileira. 2006. Disponível em: Acesso em: 23 set.2019

_____. **A escola normal no Paraná:** Instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (Org.). As escolas normais no Brasil: do Império à República. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 145 - 162.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Curso Normal Regional paranaense no contexto da organização social do trabalho no Brasil e na América Latina (1946-1961). Revista Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 21, n. 34, p. 71-79, abr. 1998. Disponível em: Acesso em: 05 junho, 2020

IBGE. Biblioteca digital. Acervo digital. Fotografias. Disponível em: Acesso em: 27 jul. 2020
LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. Cap. 5, p. 123 -140.

_____. Portal Maringá.com. História de Maringá. Fotos históricas da cidade. Década de 40. 2020c. Disponível em: Acesso em: 17 dez. 2020

_____. Blog Maringá histórica. José Fernando (responsável). Maringá. Paraná. Brasil. 2020d. Disponível em: Acesso em: 17 dez. 2020.

_____. **A formação do professor e a organização social do trabalho.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

. _____. **A legislação educacional paranaense e a história da educação.** (1821-1955) – PUC-PR. Unicamp.

AMARO, Hudson Siqueira & RODRIGUES, Isabel Cristina. Educação municipal em Maringá: uma história em meio século. In: DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999, p. 371-388.

ATLAS BRASIL. MARINGA. Disponível em:
<[Http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maringa_pr#idh](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maringa_pr#idh)> Acesso em: 22/03/2020.

BRASIL. LEI No 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm> Acesso em 22/03/2020.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 25/03/2020.

CARAÇATO, Viviane de Oliveira Berloff. LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco.

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO XXIII. **Projeto Político Pedagógico**. Maringá, 2006

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1995.

IPARDES. Caderno Estatístico Município de Maringá. Disponível em:
<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87000&btOk=ok>>
Acesso em 22/03/2020.

LARA, Ângela Mara de B. Educação pré-escolar profanando o formal: a formalização da educação pré-escolar de 4 a 6 anos, na cidade de Maringá. 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

LARA, Â. M. de B. A história da educação pré-escolar no Município de Maringá-PR (1950-1980). Sem notas tipográficas.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Formação do Professor e a Organização Social do Trabalho. Editora UFPR: Curitiba, 1997.

MONBEIG, P. Novos Estudos da Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. 236 p.

MORELLI, Ailton José Morelli. Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970-1990). São Paulo, USP, 2010. Tese (Doutorado - História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Memória e identidade: travessias de velhos professores

_____. Secretaria de Estado da Educação. Portal Educacional Dia a Dia Educação. Administrador Rede Escola. Maringá. Colégio Estadual João XXIII – EF EM, Curitiba, 2019b. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2019.

ROCHA, Lucia Maria de França. “A Escola Normal na Província da Bahia”. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de; LOPES Antônio de Pádua Carvalho (orgs) **As Escolas Normais no Brasil: Do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

VIEIRA, Renata de Almeida; MARTINIAK, Vera Lúcia. **Notas sobre a origem do curso de formação de docentes em Maringá: da escola normal à modalidade normal**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: . Acesso em: 20/06/2020

PUGLIELLI, Hélio de Freitas. **Erasmus Pilotto**. Curitiba: UFPR, n. 7, 1996. (Série Paranaenses.) SATO, Larissa Ayumi; COSTA, Mônica Patrícia.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da escola primária**. In: SAVIANI, Demerval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea.)

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). v. 2, São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira.)

SOUZA, Rosa Fátima; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil**. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971) Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 21 – 56

SARAIVA, T Educação: temas para debate. Rio de Janeiro: BLOCH Editores, 1984.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

_____. Parecer nº853 de 12 de novembro de 1971. Núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei n. 5.692. In: Documenta nº 132, Rio de Janeiro, nov. 1971b

_____. Legislação do Ensino Supletivo. Brasília, MEC. Departamento de Documentação e Divulgação, 1974. 21.

_____.Portarias e Pareceres. Brasília, MEC, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

RECCO, Rogério. **Desbravadores do Comercio de Maringá**. Maringá: Ed. Regente, 2012. Memórias ignoradas: O início de Maringá sobre a ótica da habitação popular/Tatiane Bolsa Garcia e Fabíola Castelo de Souza.

ANEXOS

1 – Questionário:

<p>Questionário sobre o estudante do Colégio da Polícia Militar de Maringá</p> <p>Levantamento de dados atuais, para fins de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).</p>

Qual série você estuda? _____

Idade: _____ Anos.

Período: () Manhã () Tarde

Data de Nascimento: _____

Sexo:

() Masculino () Feminino

Quantos irmãos você tem?

Em relação à cor da pele, você se considera:

() Branco

() Pardo

() Preto

() Amarelo (oriental)

() Parda

() Prefiro não declarar

() Nenhum

() Um

() Dois

() Três

() Mais de três

Você já estudava no colégio João XXIII?

() Sim

() Não

Se a resposta for NÃO.

Qual Colégio? _____

Particular () Sim () Não

Qual é renda familiar mensal?

() Até 1 salário mínimo (até R\$ 988)

() De 1 a 3 salários mínimos (entre R\$ 988 e R\$ 2964)

() De 3 a 6 salários mínimos (entre R\$ 2964 e R\$ 5928)

() Acima de 6 salários mínimos (superior a R\$ 5928)

Em que localidade da cidade você mora?

() Maringá

() Outra cidade. Qual? _____

Você mora na região:

() Urbana (cidade)

() Rural (sítio)

Escreva seu endereço:

Rua _____

_____ Nº _____

Bairro _____

Você já repetiu o ano?

() Nunca repeti de ano

() Sim eu já repeti de ano.

Em qual escola voce repetiu de ano?

Qual série? _____

Qual o grau máximo de escolaridade do seu PAI?

-) Não sei
-) Ensino fundamental incompleto
-) Ensino fundamental completo
-) Ensino médio incompleto
-) Ensino médio completo
-) Ensino superior incompleto
-) Ensino superior completo
-) Mestrado
-) Doutorado ou Pós-Doutorado

Você utiliza transporte publico (TCCC)?

-) Sim
-) Não

Em qual (quais) disciplina (s) DIFICULDADE para aprender?

-) Matemática
-) Ciências
-) Educação Física
-) Geografia
-) Português
-) História
-) Artes
-) Língua Estrangeira Moderna

Em qual (quais) disciplina (s) tem mais FACILIDADE para aprender?

-) Matemática
-) Ciências
-) Educação Física
-) Geografia
-) Português
-) História
-) Artes
-) Língua Estrangeira Moderna

Qual o grau máximo de escolaridade do sua MÃE?

-) Não sei
-) Ensino fundamental incompleto
-) Ensino fundamental completo
-) Ensino médio incompleto
-) Ensino médio completo
-) Ensino superior incompleto
-) Ensino superior completo
-) Mestrado
-) Doutorado ou Pós-Doutorado

O que achou da mudança para Colégio da Policia Militar?

-) Ruim
-) Regular
-) Boa
-) Ótima

O que acha das novas regras do Colégio da Policia Militar?

-) Não gosto porque são muito exigentes.
-) Gosto da regras, e deveriam ser aplicadas em todos os colégios.
-) Só sigo as regras para não perder pontos.


2 - Matriz curricular dos cursos normais regionais expedido pelo serviço de Ensino Normal em 1958 - Fonte: Arquivos do Colégio Estadual João XXIII (2019)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SERVIÇO DE ENSINO NORMAL

CURSOS NORMAIS REGIONAIS

DISCIPLINAS	I	II	III	IV
PORTUGUÊS	5	5	5	3
MATEMÁTICA	5	5	5	3
HISTÓRIA DO BRASIL	-	-	-	3
HISTÓRIA GERAL	-	-	3	-
GEOGRAFIA GERAL	3	-	-	-
GEOGRAFIA DO BRASIL	-	3	-	-
CIÊNCIAS NATURAIS	3	3	-	-
DESENHO E CALIGRAFIA	2	2	2	-
CANTO ORFÔNICO	2	2	2	2
TRABALHOS MANUAIS e ECONOMIA DOMÉSTICA	2	-	-	-
EDUCAÇÃO FÍSICA, RECREAÇÃO e JOGOS	2	2	2	1
TRABALHOS e ATIV. MANUAIS DE DEBATE	-	2	3	-
NOÇÕES DE ARQUITETURA e DE INTERIORES DECORADOS	-	-	3	-
NOÇÕES DE MATEMÁTICA	-	-	-	3
PSICOLOGIA e PEDAGOGIA	-	-	-	4
MÉTODOS e PRÁTICA DE ENSINO	-	-	-	4
LETRAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-
TOTAL HORAS DE CURSOS SEMANAIS	24	24	24	24

Curitiba, 24 de fevereiro de 1958.


 PROF. DIVA B. VIDAL
 Chefe do Serviço de Ensino Normal

3 - Ficha de acompanhamento de Regência da Escola Normal Ginásial (Regional) Eduardo Claparéd em Maringá na década de 1960 - Fonte: Arquivos do Colégio João XXIII em 2019

Observações	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
<p>Nome: <u>Quirina Saporinda Ricolly</u></p> <p>Profissão: <u>leitora</u></p> <p>Endereço: <u>Rua Manoel Santanar</u></p> <p>Observações:</p> <p>1- Bom aluno, inteligente e dedicado.</p> <p>2- Participa ativamente das aulas e trabalhos em grupo.</p> <p>3- Possui boa capacidade de aprendizagem.</p> <p>4- Apresenta bom aproveitamento em todas as disciplinas.</p> <p>5- Possui boa formação moral e cívica.</p>	98	95	100	98	95	100	98	95	100	98	95
<p>Observações:</p> <p>1- Bom aluno, inteligente e dedicado.</p> <p>2- Participa ativamente das aulas e trabalhos em grupo.</p> <p>3- Possui boa capacidade de aprendizagem.</p> <p>4- Apresenta bom aproveitamento em todas as disciplinas.</p> <p>5- Possui boa formação moral e cívica.</p>	95	100	98	95	100	98	95	100	98	95	98
<p>Observações:</p> <p>1- Bom aluno, inteligente e dedicado.</p> <p>2- Participa ativamente das aulas e trabalhos em grupo.</p> <p>3- Possui boa capacidade de aprendizagem.</p> <p>4- Apresenta bom aproveitamento em todas as disciplinas.</p> <p>5- Possui boa formação moral e cívica.</p>	95	100	98	95	100	98	95	100	98	95	98